

SENASP

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Relatório Final **Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas** **em Justiça Criminal e Segurança Pública**

Proponente

Universidade Federal de Pernambuco - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Autor (s)

Jorge Zaverucha

Título da Pesquisa

Ministério Público Pernambucano e Paulista: um estudo comparativo sobre o enfrentamento do crime organizado e tráfico de drogas

Estes relatórios de pesquisa constituem os produtos resultantes do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal. Fornecerão importantes subsídios para a qualificação das políticas nacionais de segurança pública. Destacamos que eles não constituem a opinião oficial do Ministério da Justiça sobre os assuntos tratados.

Abril 2006



**Ministério
da Justiça**

GOVERNO FEDERAL

Polígono da Maconha: contexto socioeconômico, homicídios e atuação do Ministério Público

Adriano Oliveira¹

Jorge Zaverucha

Ernani Rodrigues

Introdução

O Polígono da Maconha, em Pernambuco, é composto, tradicionalmente, pelas cidades pernambucanas que formam as regiões do Sertão e do São Francisco². No Sertão, destacam-se como áreas de intensa produção e tráfico de maconha os municípios de Salgueiro, Mirandiba, Serra Talhada e Imbimirim. Na região do São Francisco, pontificam os municípios de Belém do São Francisco, Cabrobó, Carnaubeira da Penha, Floresta, Lagoa Grande, Orocó e Santa Maria da Boa Vista.

O município de Petrolina, localizado na região do São Francisco não é reconhecido como área de produção de maconha. Contudo, o tráfico e o consumo em Petrolina são considerados intensos, tanto por conta de sua localização geográfica³ como por ser uma cidade mais desenvolvida economicamente em relação às outras que compõe o Polígono.⁴

Ressalte-se não haver consenso sobre a definição das cidades que fazem parte do Polígono da Maconha. Relatório, assinado pela Corregedora-Geral do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Maristela de Oliveira Simonin, e por Gustavo Augusto R. de Lima,

¹ Os autores são membros do Núcleo de Estudos de Instituições Coercitivas (NIC) da UFPE. Agradecemos a contribuição de Dalson Brito, Nara Pavão e Aécio Júnior.

² Esta área é também reconhecida como Sertão do São Francisco.

³ O município de Petrolina está próximo dos estados da Bahia, do Piauí e do Ceará. Possui aeroporto com capacidade para operar aviões à jato tanto para transporte de passageiro como de carga.

⁴ Petrolina cultiva frutas tropicais de excelência. E é grande produtora de vinho. Que são exportados (inter)nacionalmente.

presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco⁵, informa que o Polígono é formado pelos seguintes municípios: Floresta, Belém do São Francisco, Cabrobó, Orocó, Santa Maria da Boa Vista, Tacaratu, Petrolândia, Itacuruba e Carnaubeira da Penha.

Divergências geográficas à parte, este artigo tem três grandes objetivos: **1)** contextualizar as condições socioeconômicas do Polígono; **2)** analisar se estão presentes relações de causalidade entre tráfico de drogas e o elevado número de homicídios em alguns municípios da região; **3)** avaliar a eficiência do Ministério Público no enfrentamento ao cultivo e tráfico de maconha no Polígono.

Julgamos importante lançar luzes sobre o contexto socioeconômico em que ocorre a produção e o tráfico de droga no Polígono da Maconha. Assim sendo, será possível ao leitor examinar minuciosamente as variáveis que proporcionam o cultivo e o tráfico intenso de maconha.

Em seguida, mostraremos o quantitativo de homicídios na região do Polígono da Maconha. Os dados sobre homicídios permitirão verificar se esta área, comparada tanto à cidade do Recife como a outros municípios, tem, proporcionalmente, um maior número de assassinatos. Em caso positivo, testar-se-á a hipótese de que a produção e o tráfico de drogas geram agudos conflitos de interesse. Resultando na presença de um grande número de homicídios no Polígono.

Finalmente, analisaremos a ação do Ministério Público de Pernambuco no enfrentamento à produção e ao tráfico de drogas em quatro municípios do Polígono da Maconha – Belém do São Francisco, Floresta, Santa Maria da Boa Vista, Salgueiro e Cabrobó. A análise em torno das ações do MPPE, possibilitará respostas para os seguintes questionamentos: 1) a produção e o tráfico de drogas, nos municípios referidos, são realizados por grupos criminosos ou feito de modo solitário? 2) a ação tanto das Polícias como do MPPE concentram-se no combate ao traficante ou ao cultivador de maconha? 3) qual é a instituição policial que têm uma ação mais eficaz no combate a produção e ao tráfico no Polígono?

Contexto socioeconômico

⁵ Relatório assinado em 24/04/1997.

Foram selecionados três indicadores com o objetivo de entender o contexto sócio-econômico dos municípios inseridos no Polígono da Maconha⁶. E de que modo este contexto influi no tráfico de drogas. São eles:

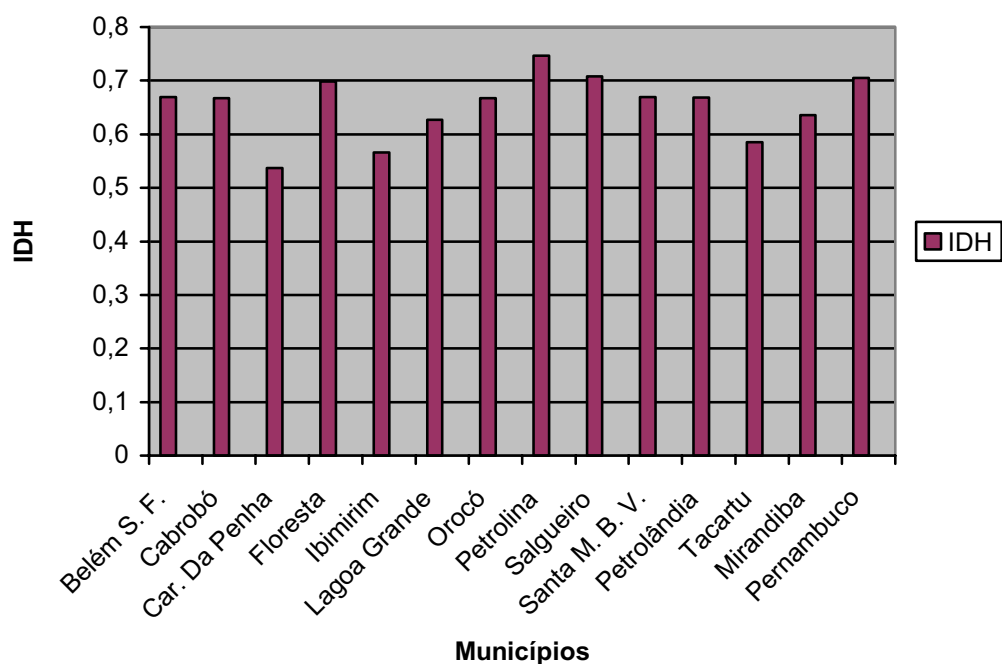
- 1) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M);
- 2) Renda per capita;
- 3) Índice Gini.

O IDH-M engloba as seguintes informações: Produto Interno Bruto (PIB), a longevidade da população e seu nível educacional. Quando este índice está acima de 0,8 o município é considerado como de alto desenvolvimento humano. Quando o IDH-M está entre 0,5 e entre 0,8, as cidades inseridas neste intervalo são consideradas como de médio desenvolvimento humano. Verificando-se o gráfico 1 constata-se que qualquer município integrante do Polígono da Maconha pode ser considerado de médio desenvolvimento humano. Deste modo, nenhum se enquadra na definição de baixo desenvolvimento humano⁷. Tal como é o IDH-M do Estado de Pernambuco.

Gráfico 1 – IDH dos municípios e de Pernambuco

⁶ Todos os dados correspondem ao ano de 2000. Foram coletados no Atlas Brasil e no IBGE.

⁷ O IDH médio do Polígono da Maconha é de 0,654. Já o de Pernambuco é de 0,705.



Portanto, pode-se afirmar que municípios considerados de médio desenvolvimento humano são reconhecidos como produtores de maconha e, também, áreas de tráfico. Assim sendo, mesmo que um município seja de baixo desenvolvimento econômico não, necessariamente, a produção e tráfico de drogas devem florescer.

Por exemplo, a cidade de Manari, localizada no sertão pernambucano, possui o IDH-M mais baixo do Brasil (0,467). Mesmo assim, não existem indícios de que ocorram produção e tráfico de maconha. Embora, Manari esteja próxima à cidade de Ibimirim – município reconhecido por possuir grupos organizados atuando no plantio e no tráfico de maconha⁸.

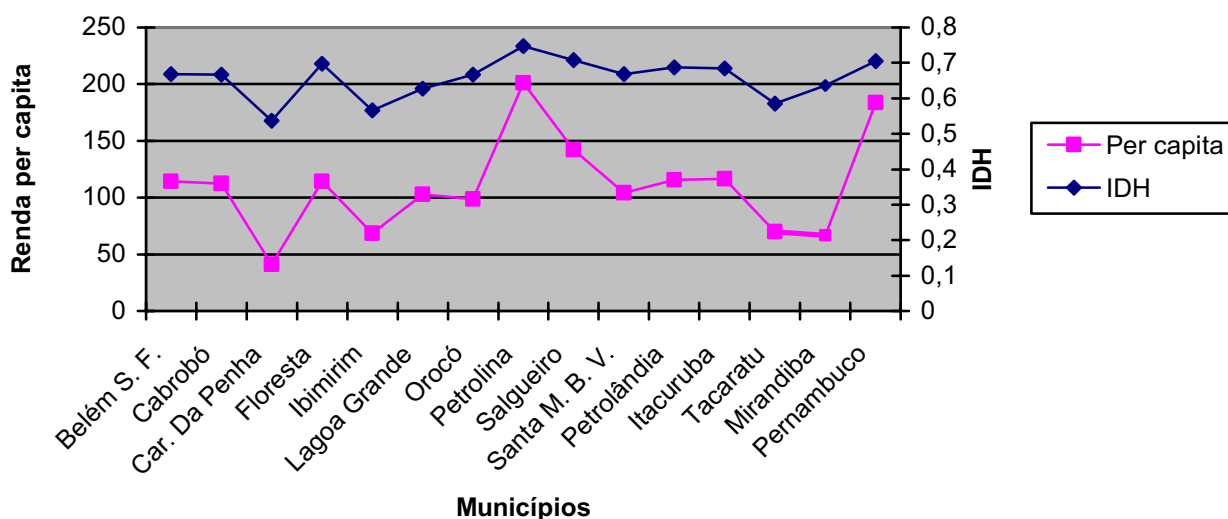
Outras variáveis, condicionais e causais devem ser levadas em consideração com o objetivo de explicar o *porquê* dos municípios com médio desenvolvimento humano serem

⁸ O IDH de Ibimirim é de 0,566.

reconhecidos como áreas de produção e tráfico de maconha. A variável IDH, como se viu, é *per se* insuficiente⁹.

Neste sentido, analisamos o segundo indicador/variável: renda *per capita* da população dos municípios do Polígono¹⁰. As cidades de Petrolina e Salgueiro apresentam as maiores rendas *per capita* (vide gráfico 2). Estes dois municípios tiveram, também, os maiores índices de IDH da região.

Gráfico 2 – Renda per capita versus IDH



Deseja-se verificar se é possível justificar a produção e o comércio de drogas pela baixa renda *per capita* presente nos municípios do Polígono. Dos 14 municípios pertencentes à esta região, 4 estão entre as 100 cidades que possuem a menor renda *per*

⁹ O estado de Pernambuco tem o IDH de 0,705. Neste caso, ele é considerado um território de médio desenvolvimento humano. De 1991 para 2000, o IDH de Pernambuco avançou 13,71%. Educação (48,4%) e longevidade (34,4%) foram os fatores que mais contribuíram para este crescimento. A variável renda contribuiu com 17,2%. Inferências semelhantes são encontradas na evolução do IDH dos municípios do Polígono da Maconha.

¹⁰ Razão entre o somatório da renda per capita de todos os indivíduos e o número total desses indivíduos. A renda per capita de cada indivíduo é definida como a razão entre a soma da renda de todos os membros da família e o número de membros dessa família. Valores expressos em reais de 1º de agosto de 2000.

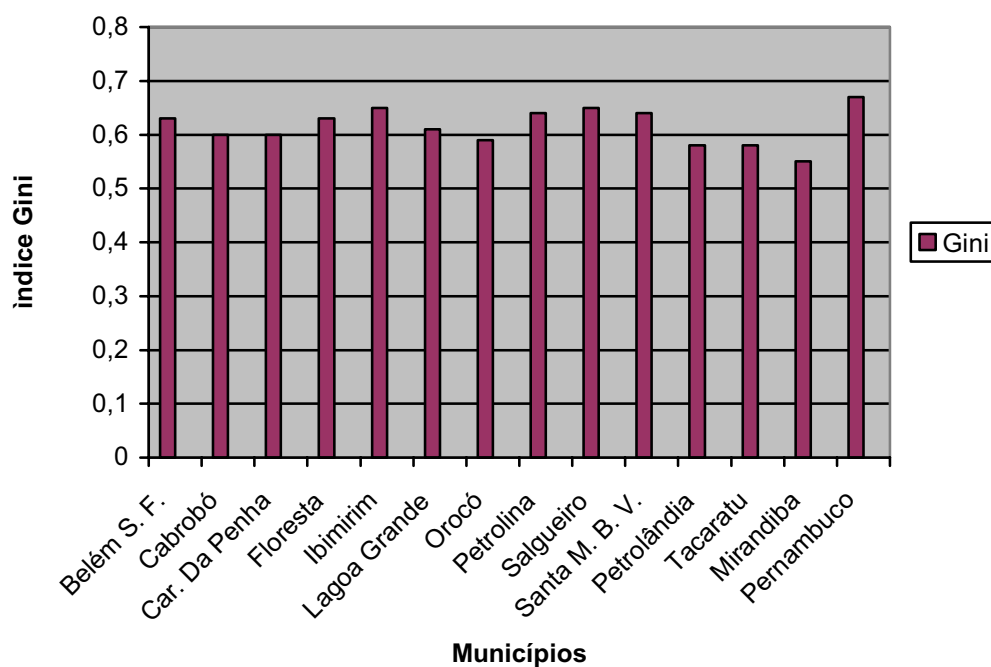
capita do estado de Pernambuco. São eles: Carnaubeira da Penha, Ibimirim, Tacaratu e Mirandiba. Estes municípios ocupam respectivamente a 2^a, a 33^a, a 37^a e a 27^a posição no ranking das menores rendas *per capita*.

Por outro lado, as outras cidades do Polígono da Maconha – em sua maioria – estão inseridas no ranking das 100 maiores rendas *per capita* do estado de Pernambuco. Destaque para Petrolina, Salgueiro e Itacuruba. Estas ocupam as seguintes posições no ranking: 8^a, 18^a e 38^a, respectivamente. O município que mais se aproxima da escala das 100 menores rendas *per capita* é Orocó, ocupando a 68^a posição no ranking das menores rendas *per capita*.

Portanto, é possível afirmar que o nível da renda *per capita*, assim como o IDH não explicam *per se* a produção e o comércio de drogas nos municípios que fazem parte do Polígono da Maconha.

Buscou-se um outro indicador/variável. O índice Gini mede o grau de concentração de renda em um determinado grupo. Seu valor varia de 0 (zero), quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Gráfico 3 – Índice Gini



A maioria dos municípios do Polígono possui o índice de Gini igual ou acima de 0,60 . Orocó (0,59), Itacuruba (0,59), Petrolândia (0,58), Tacaratu (0,58) e Mirandiba (0,55) possuem o índice Gini abaixo 0,60. Neste sentido, não é possível justificar a produção e o tráfico de maconha por conta do grau de concentração de renda. Outros municípios, com elevado índice de concentração de renda, localizados em outras regiões do estado de Pernambuco, não são reconhecidos como produtores e áreas de intenso tráfico.

Portanto, conclui-se que as variáveis socioeconômicas *per se* não ajudam a decifrar as causas que proporcionam a produção e o tráfico de maconha no Polígono. Evidentemente, essas variáveis não podem ser desprezadas. Outras causas devem ser buscadas, como, por exemplo, a ausência do poder coercitivo estatal no Polígono.

Tráfico de drogas e homicídios

O comércio de drogas requer, geralmente, domínio de territórios. A busca por este domínio bem como sua manutenção gera conflitos. Como é o caso do Rio de Janeiro. O mesmo pode ocorrer no Polígono da Maconha. Diante disto, aos índices de homicídios na região serão analisados.

Utilizou-se do estudo comparativo para avaliar os índices de homicídios no Polígono da Maconha. *vis-a-vis* os índices de Recife e Olinda. Estas cidades possuem as maiores taxas de homicídios do Brasil. Além disto, Recife e Olinda são aglomerados urbanos, com alta densidade populacional.

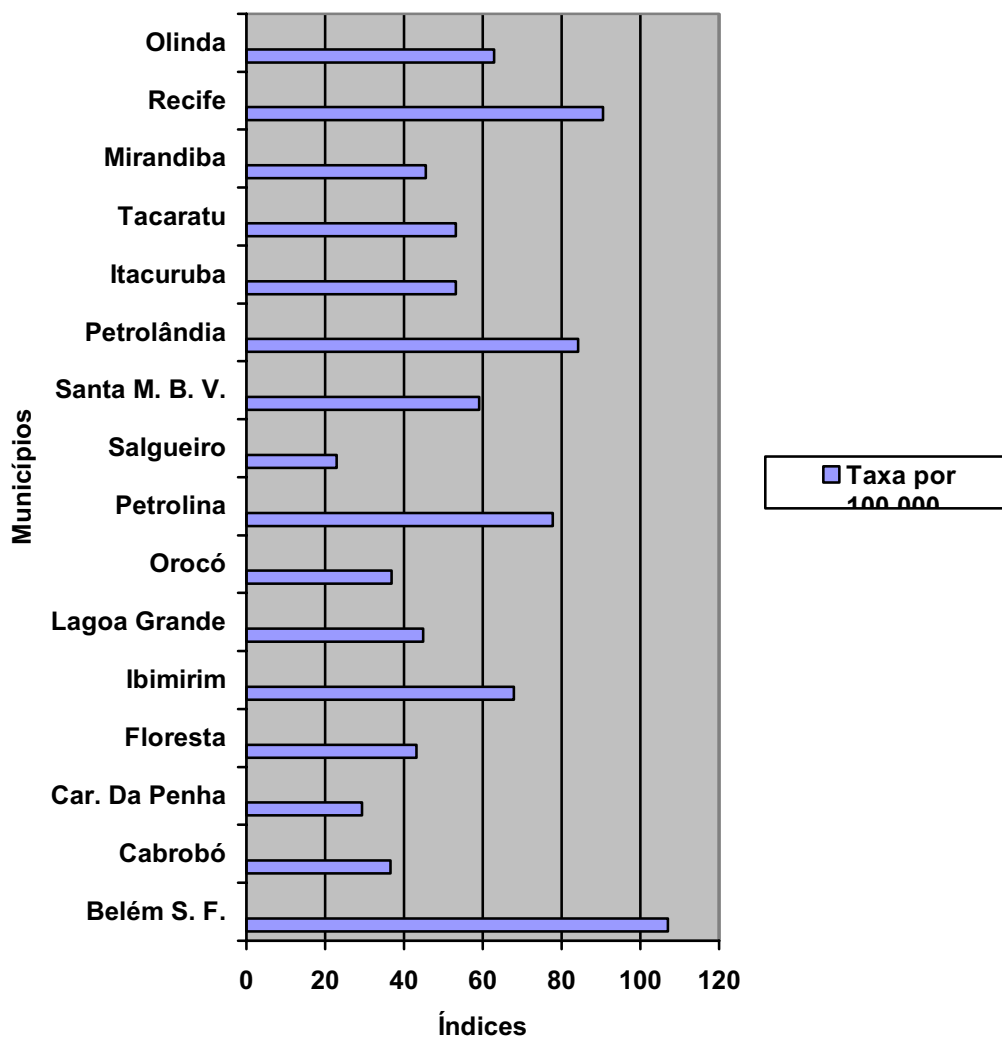
O gráfico 4 mostra o quantitativo de homicídios ocorrido no ano 2002¹¹. Todas as cidades integrantes do Polígono estão presentes. Além dos municípios de Recife e Olinda. Estes municípios – proporcionalmente por 100.000 habitantes – aparecem com o maior número de homicídios. Destaque para o Recife com a maior proporção: 90,54. Carnaubeira da Penha e Salgueirosão as cidades que têm os menores índices: 29,30 e 22, 86, respectivamente.

Por conta das diferenças presentes nos âmbitos populacional e urbano são compreensíveis os resultados revelados no gráfico abaixo. Contudo, chamam-nos atenção os índices da cidade de Belém do São Francisco (107,03): são superiores aos de Recife.

Gráfico 4 – Taxa de homicídios por 100.000 habitantes – Ano 2002¹²

¹¹ Fonte: Datasus – <http://www.datasus.gov.br/>, IBGE e IPEA.

¹² Não existem informações quanto ao município de Itacuruba.



Tentou-se exaurir a análise com o objetivo de encontrar alguma similaridade entre as taxas de homicídios do Polígono e das outras regiões. O gráfico 4 comparou os municípios do Polígono com as quatro capitais brasileiras detentoras das maiores taxas de homicídios por 100.000 habitantes nos anos 2000 e 2002.

Gráfico 5 – Análise comparativa dos índices de Homicídios (2000).

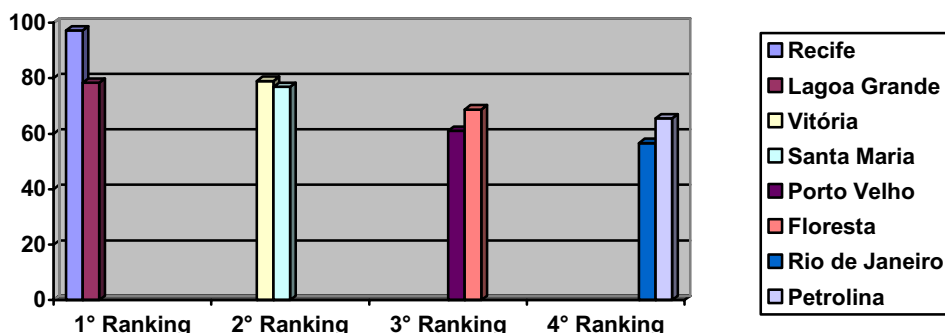
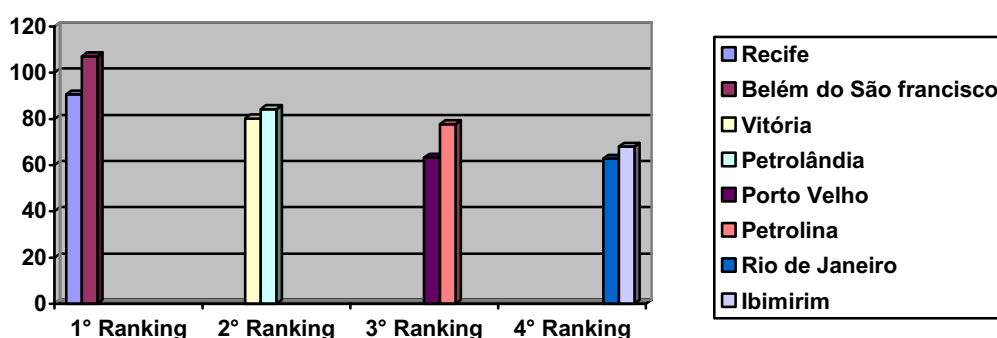


Gráfico 6 - Análise comparativa dos índices de Homicídios (2002).



Os gráficos mostram que nos anos abordados, alguns municípios do Polígono da Maconha possuem índices de homicídios maiores do que determinadas capitais do Brasil. Em 2000, as cidades de Floresta (68,75) e Petrolina (65,43) tiveram taxas de homicídios maiores dos que as cidades de Porto Velho (60,96) e Rio de Janeiro (56,41). No ano de 2002, o município de Belém do São Francisco (107,03) aparece com taxa maior do que a cidade do Recife (90,54). Por sinal, neste ano, outra três cidades do Polígono (Petrolândia, Petrolina e Ibimirim) também suplantaram Vitória, Porto Velho, e Rio de Janeiro.

Os índices de homicídios nos municípios do Polígono variam de ano para ano de modo crescente e decrescente – ver gráfico 7 abaixo. No ano de 1998, o município de Carnaubeira da Penha teve uma taxa de homicídios por 100.000 habitantes de 145,06. No ano de 1999, decresceu para 87,47. Em 2001, cresceu para 101,66.

A cidade de Floresta no ano de 1998 apresentou taxa de homicídios por 100.000 habitantes de 127,49. No ano seguinte, decresceu para 60,75. A cidade de Floresta, no

período analisado (1998 a 2002), apresentou variações negativas. A única exceção é o período de 1999 a 2000. Neste período, ocorre uma variação positiva de 37,41%. Em Belém do São Francisco, no período de 2001 a 2002, ocorre a mais alta variação positiva envolvendo todos os municípios do Polígono, 431,95%.

Os municípios Belém do São Francisco (24,58%), Ibimirim (88,98%), Petrolina (22,22%), Santa Maria da Boa Vista (31,06%), Petrolândia (91,17%) e Itacuruba (3,14%) apresentaram no período de 1998 a 2002 variação acumulada positiva. Destaque para a cidade de Petrolândia que apresentou a maior variação acumulada. Os outros municípios apresentaram variações negativas. Carnaubeira da Penha, apesar de no ano de 1998 ter apresentada a maior taxa de homicídios por 100.000 habitantes entre os municípios do Polígono no período analisado, obteve a mais alta variação acumulada negativa, ou seja, 79,8%.

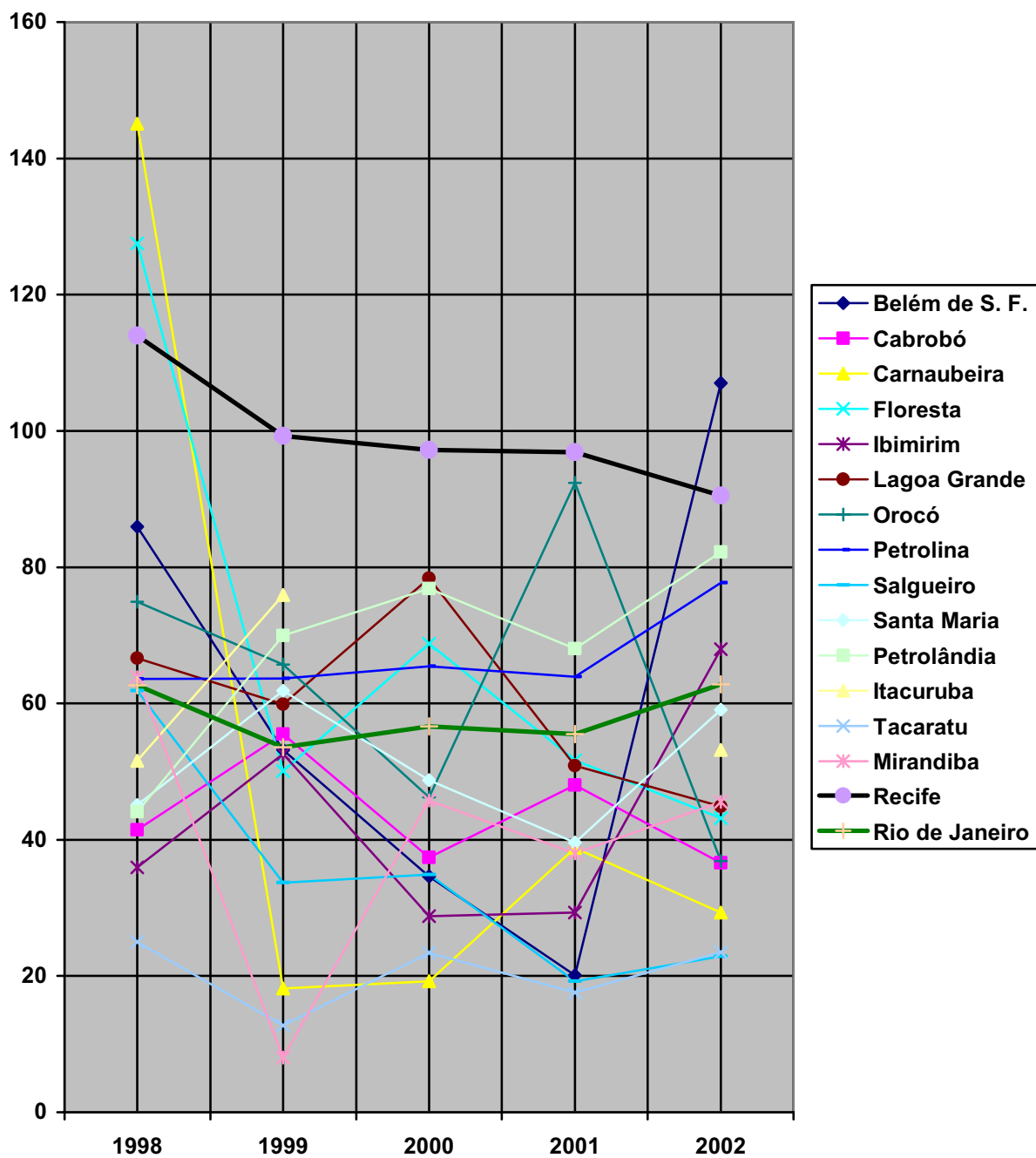
É interessante observar com mais atenção as taxas de homicídios em alguns municípios do Polígono. Carnaubeira da Penha, em 1998, apresentou uma taxa de homicídios de 145,06. Nos anos seguintes, as taxas foram de: 18,17 (1999), 19,22 (2000), 38,76 (2001) e 29,30 (2002). Após o ano de 1998, não ocorreu uma grande incidência de homicídios quando comparado a 1998. Além disto, nos outros anos, nenhum índice chegou a se aproximar ao obtido no ano de 1998.

O município de Belém do São Francisco apresentou duas altas taxas de homicídios. Em 1998, com 85,91; e em 2002, com 107,03. Nos anos de 1999, 2000 e 2001, os índices foram de 53,20, 34,64 e 20,12 respectivamente. Em Floresta no ano de 1998, o índice de homicídios foi de 127,49. Nos outros anos, as taxas foram de 50,03 (1999), 68,75 (2000), 51,66 (2001) e 43,17 (2002).

Nestes municípios não há um padrão de regularidade na prática de homicídios. Em determinado instante (T_0) há alta incidência de homicídios, e logo após, nos instantes (T_1, \dots, T_n) ocorrem variações negativas. Seguido de variações positivas. O mais importante a constatar neste fenômeno é a presença, num determinado instante, de um alto índice de homicídios. Neste caso, verifica-se no gráfico 7 a presença de picos de homicídios. Os picos mais visíveis são os de Carnaubeira da Penha, em 1998; e Belém do São Francisco, no ano de 2002.

Existe alguma causa ou conjunto de causas que possibilitam a presença de picos de homicídios em determinados instantes? Será testada a possibilidade deste pico ser explicado por causas temporais. Ou seja, fatores que atuaram ocasionalmente e, mesmo assim, contribuíram para elevação das taxas de homicídios.

Gráfico 7 – Evolução dos homicídios (1998 a 2002)



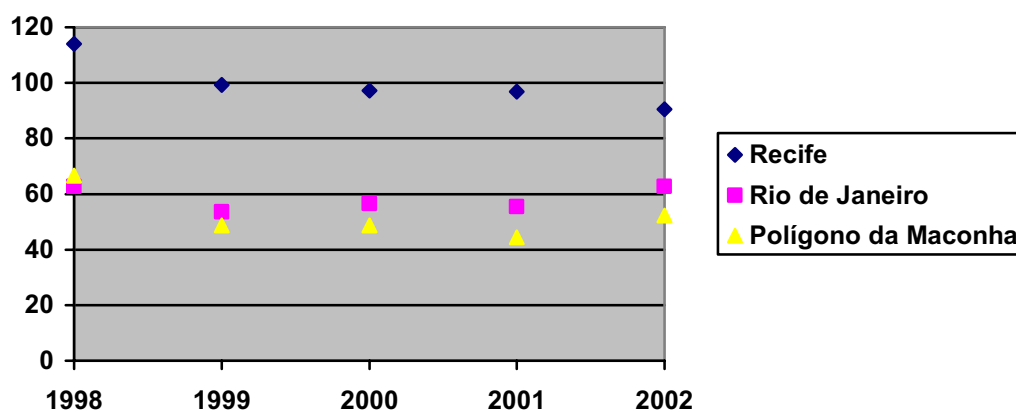
Além dos picos de homicídios, chamam atenção no gráfico 7 os índices de homicídios do Recife e Rio de Janeiro quando comparados com alguns municípios do Polígono da Maconha. No ano de 1998, as cidades de Carnaubeira da Penha e Floresta

tiveram taxas de homicídios por 100.000 habitantes maiores do que a capital de Pernambuco, o Recife. Em 2002, Belém do São Francisco apresentou, também, índices maiores do que o do Recife.

A cidade do Rio de Janeiro, área de intensos conflitos provocados por disputas por pontos de drogas, apresenta taxas de homicídios menores do que alguns municípios do Polígono. Desde 1998, Petrolina vem apresentando índices de homicídios maiores do que o Rio de Janeiro. Petrolândia apresenta estes resultados desde 1999. Em determinados anos, algumas cidades do Polígono tiveram níveis de homicídios mais altos do que o Rio de Janeiro em anos específicos.

Ao calcular-se a taxa média de homicídios dos 14 municípios do Polígono da Maconha, constatou-se que os seus índices são inferiores aos da capital pernambucana e fluminense. Exceto para o ano de 1998 em relação ao Rio de Janeiro. Além disto, os municípios do Polígono apresentam considerável instabilidade em seus índices. Em determinado período ocorre aumento da taxa de homicídios, em outro uma redução. A única cidade que apresenta constância/regularidade em seus consideráveis índices no período analisado é Petrolina.

Gráfico 8 – Média da taxa de homicídios (1998-2002)

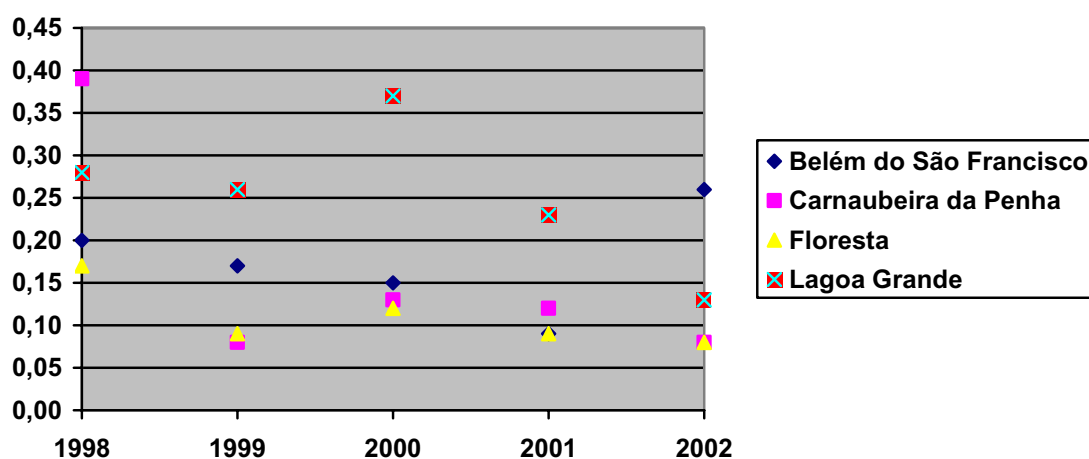


O gráfico acima revela que no ano de 1998, o Polígono da Maconha apresentou taxa de homicídio médio superior ao do Rio de Janeiro: 66,60 *versus* 62,64, respectivamente. Neste mesmo ano, os municípios de Carnaubeira da Penha (145,06) e Floresta (127,49)

tiveram as suas maiores taxas de homicídios no período pesquisado – 1988 a 2002. Além disto, neste mesmo período, nenhum município do Polígono chegou a ter o índice de 145,06 referente à cidade de Carnaubeira da Penha. Friso, que entre 1998 a 2002, o Polígono da Maconha acumulou uma variação negativa de -21,5%.

Importante destacar é a proporção de homicídios como causa de mortalidade. Em 2002, Belém do São Francisco obteve o índice de 0,26 para o total de mortalidade acontecida. Neste ano, este município apresentou também o maior índice de homicídios por 100.000 habitantes – 107,03. Esta correlação entre estes índices também ocorre com os municípios de Carnaubeira da Penha e Floresta no ano de 1998.

Gráfico 9 – Proporção de homicídios como causa de mortalidade

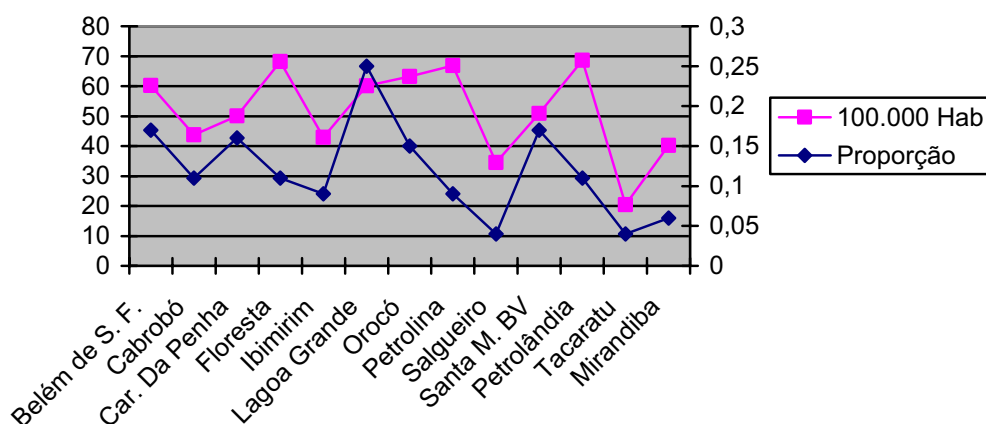


O gráfico 7 revela, que Lagoa Grande, tal como Petrolina, apresenta relativa estabilidade em relação à taxa de homicídios por 100.000 habitantes. Em Lagoa Grande, no ano de 2000, foi encontrada uma taxa de homicídios de 78,38. Os outros índices foram: 1998 (66,61); 1999 (59,89) ; 2001 (50,86); 2002 (44,87).

Observe-se que além de poucas variações nos dados, Lagoa Grande em nenhum momento apresentou taxa de homicídios superior a 80,00. Por outro lado, esse município, como mostra o gráfico 9, possui uma alta de proporção de homicídio como causa de mortalidade.

Será que Lagoa Grande, apesar de não possuir no período analisado *picos* de homicídio, possui uma maior proporção de homicídios como causa de mortalidade? Os municípios que possuem *picos* de homicídios apresentam uma taxa média de homicídios superior aos que não possuem estes *picos*? O gráfico 10 responde a estas indagações.

Gráfico 10 – Proporção de homicídios versus 100.000 habitantes



Surpresas ocorrem ao analisar-se a média da taxa de homicídios e da proporção como causa de mortalidade. Municípios que possuem picos de homicídios, acima de 100,00 por 1000.000 habitantes, não estão entre os que possuem a maior média de ocorrência de homicídios entre 1998 a 2002. Do mesmo modo, ocorre com a proporção de homicídios como causa de mortalidade.

Petrolândia (68,63), Floresta (68,22), Petrolina (66,86) e Orocó (63,22) aparecem como os municípios que possuem a maior taxa média de homicídios no período analisado – 1988 a 2002. No que condiz a proporção média de homicídios como causa de mortalidade, as cidades de Lagoa Grande (0,25), Belém do São Francisco (0,17), Santa Maria da Boa Vista (0,17) e Carnaubeira da Penha são as que lideram o ranking – vide gráfico 10.

Não existe coincidência entre as cidades com maior média de homicídios e as que têm maior proporção média de homicídios como causa de mortalidade. Este é um ponto importante. Os dados da proporção de homicídios como causa de mortalidade colocam o

município de Lagoa Grande no topo. Como já foi dito, esta cidade possui regularidade em suas taxas de homicídios por 100.000 habitantes. Isto poderia explicar a alta proporção de homicídios. Contudo, Petrolina, também, apresenta essa mesma regularidade. Mas nem por isto, está entre as quatro cidades com a maior proporção média de homicídios. Portanto, municípios que possuem regularidade nos índices de homicídios, não apresentam, necessariamente, uma maior proporção de homicídios como causa de mortalidade.

Identificar as causas que levam à prática dos homicídios é uma tarefa árdua e complexa. Por conta dos órgãos públicos, em geral, não possuem dados. E quando os têm, dificilmente os tornam públicos. Mesmo diante destas limitações, tentou-se especular sobre as causas dos homicídios no Polígono da Maconha. Bem como decifrar o motivo da alta proporção de homicídios como causa de mortalidade em Lagoa Grande.

No dia 18 de outubro de 2002, quatro homens armados com pistolas e espingardas calibre 12 promoveram uma chacina na fazenda Curral do Meio, localizada no município de Belém do São Francisco. Cinco irmãos foram torturados e executados diante da mãe, esposas e filhos. De acordo com a Polícia Federal, a chacina foi motivada por conta dos irmãos terem abrigado um fazendeiro conhecido como Antônio Bagaceira. Ele seria responsável pelo assassinato de outro fazendeiro: Zeílton Gomes Tavares¹³.

Em números absolutos, foi no ano de 2002 que Belém de São Francisco conheceu o maior número de homicídios: 21. As vítimas da chacina ocorrida na fazenda Curral do Meio representam 23,8% do total de homicídios perpetrados em 2002. Este dado nos permite afirmar que fatos pontuais, como chacinas, ocasionam aumento da taxa de homicídios na região do Polígono.

Há uma outra hipótese tanto para a presença de picos como para as altas taxas de homicídios: os conflitos entre famílias. Em Belém de São Francisco, as famílias Benvindo e Araquan sempre se digladiaram. O representante mais conhecido das duas famílias eram, respectivamente, Chico Benvindo e Cleiton Araquan. Ambos foram mortos pelas Polícias¹⁴.

¹³ Fonte: http://jc.uol.com.br/jornal/2002/10/18/not_28193.php em 12/08/2005.

¹⁴ Em 04 de abril de 2003, após perseguição policial, Chico Benvindo foi morto pela Polícia Militar em Belém do São Francisco. Cleiton Araquan foi morto por policiais federais em um confronto ocorrido na cidade de Pilão Arcado, interior da Bahia, em 25 de setembro de 2003.

Relatório reservado da Polícia Federal, de janeiro de 2004, afirma que as mortes de Cleiton Araquan e Chico Benvindo possibilitaram a redução dos índices de violência no Polígono da Maconha.

Segundo fontes policiais e do Ministério Público, os dois representantes das famílias utilizavam o tráfico de drogas, os assaltos nas estradas e a bancos, para angariar recursos com o objetivo de sobreviver e de se armar. Neste sentido, atividades ilícitas financiavam os conflitos familiares¹⁵.

De acordo com fontes da Polícia Civil de Belém de São Francisco, em 12 de outubro de 2002, três agricultores foram assassinados com vários tiros de fuzil na ilha dos Brandões em Belém do São Francisco. Este assassinato foi cometido pelo grupo chefiado por Cleiton Araquan. O motivo da chacina deveu-se, supostamente, ao fato de um dos agricultores, em depoimento à Polícia Civil, ter acusado o grupo de Araquan de assassinarem o seu filho. Neste mesmo depoimento, o referido agricultor denunciou um plantio de maconha dos Araquan que foi, posteriormente, erradicado pela Polícia¹⁶.

No ano de 2002, duas chacinas ocorreram. Totalizando oito mortos. Este número significa que das 21 mortes ocorridas em Belém de São Francisco no ano de 2002, 38% foram provocados por chacinas. Ambas as matanças foram por motivo de vingança¹⁷.

Os conflitos de famílias não se restringem à Belém do São Francisco. Em Floresta, grupos familiares, especialmente os Ferraz e os Novaes, por várias vezes, radicalizaram seus conflitos, resultando em mortes. Segundo Gomes (1999), na cidade de Floresta, uma das principais ruas da cidade demarca a fronteira entre as famílias rivais. Segundo ao autor, em cidades onde existem tais tipos de conflitos é impossível ser neutro, é preciso tomar partido “de alguma das facções, ser protegido por esta, e ficar alerta às possíveis ações da outra” (1999:8).

Em outubro de 2002, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) promoveu a transferência de 82 chefes de família, ligados tanto aos Araquan como aos

¹⁵ Em novembro de 2000, os Araquan e Benvindo firmaram um acordo de paz o qual foi intermediado pela Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. Em mais de 14 anos de conflitos, de acordo com um comerciante da cidade, mais de 100 pessoas foram mortas. Entrevista em 12/01/2003.

¹⁶ Entrevista em 12/01/2003.

¹⁷ Entrevista com policiais civis em 12/01/2003.

Torres¹⁸, para cidades do Piauí. O objetivo era amenizar o clima de tensão que estava instalado nas cidades de Mirandiba e Belém do São Francisco. Cada família, por conta do acordo, recebeu 40 hectares em terras produtivas¹⁹.

De acordo com uma delegada da Polícia Civil de Pernambuco²⁰, a garantia da honra está na origem dos conflitos familiares. Motivos para os indivíduos clamarem pelo respeito a honra são os mais diversos, desde a uma relação amorosa mal sucedida, a qual pode estar resultar na perda da virgindade feminina, e logo após o abandono da mulher por parte do homem; como uma disputa política ou por terra. Para a policial, muitos indivíduos usam o tráfico de drogas como fonte de renda e para o aumento do seu poder bélico. E melhor defender sua honra.

Constata-se que chacinas motivadas por questões pontuais são uma das causas possíveis para os consideráveis índices de criminalidade no Polígono da Maconha. A outra causa é o conflito entre famílias. Mas, será que possíveis disputas provenientes do tráfico de drogas podem ser consideradas como causas de homicídios?

Passou-se a analisar as denúncias do MPPE. Ressalve-se que considerável parcela de crimes de homicídios não são, corretamente, apurados pela Polícia Civil de Pernambuco. Em 2002, por exemplo, ocorreram 21 homicídios em Belém do São Francisco. Neste mesmo ano, o MPPE ofereceu 7 denúncias. Portanto, 14 (66,6%) homicídios não foram denunciados.

Entre 2000 a 2003, foram oferecidas 16 denúncias de homicídios em Belém do São Francisco. Deste total, apenas uma denúncia (6,3%) teve como causa de homicídio o tráfico de drogas. Neste mesmo período, em Floresta, foram oferecidas 28 denúncias relacionadas a homicídios.

Em nenhuma destas houve ligação entre tráfico de drogas e a consumação do homicídio.

Em Santa Maria da Boa Vista, nos anos de 2003 e 2004, houve 45 denúncias. Quatro delas (8,9%) tiveram como causa o tráfico de drogas. Em Salgueiro, entre 1999 e

¹⁸ Torres é família tradicional na cidade de Mirandiba.

¹⁹ Fonte: http://jc.uol.com.br/jornal/2002/10/16/not_27943.php em 12/08/2005.

²⁰ Entrevista em 25/09/2002. A policial não autorizou à sua identificação.

2003, uma única denúncia foi oferecida e a causa do homicídio estava relacionada ao tráfico de drogas. Este resultado repetiu-se em Cabrobó, entre 2000 e 2003²¹.

Diante dos dados obtidos, conclui-se que o tráfico de drogas não é a causa principal dos homicídios no Polígono da Maconha.

Um delegado da Polícia Civil²², que atuou muito tempo nesta região, confirma esta conclusão. Segundo ele, no Polígono da Maconha são incipientes e diminutos os conflitos ocasionados pelo tráfico de drogas pois existe uma grande quantidade de terras. Conseqüentemente, conflitos não ocorrem com intensidade, pois os produtores de maconha possuem inúmeras áreas alternativas para o cultivo.

No caso específico de Lagoa Grande, esta pode ser um ponto de desova de cadáveres. Vitimados em Petrolina ou em Santa Maria da Boa Vista, cidades próximas a Lagoa Grande, seriam levados para esta cidade com o objetivo de prejudicar as investigações da Polícia Civil. Por conta disto, o registro do homicídio fica circunscrito ao município onde o corpo da vítima foi encontrado. Esta é uma hipótese levantada pelo delegado. Isto, todavia, esclarece, de modo limitado, a alta proporção de homicídios como causa de mortalidade encontrada em Lagoa Grande²³.

Uma outra hipótese levantada pelo mesmo delegado é a presença dos chamados crimes de proximidade ocorridos nas agrovilas, localizadas na redondeza de Lagoa Grande. Crimes de proximidade caracterizam-se pela vítima e o acusado se conhecerem e/ou estarem próximos. Este delegado ressalva que os crimes de proximidade ocasionados pelo alto consumo de álcool são peculiares a todos os municípios do Polígono da Maconha²⁴.

Portanto, conclui-se que os homicídios no Polígono da Maconha ocorrem devido a múltiplos fatores: 1) por conta de conflitos familiares que redundam em chacinas; 2) alto consumo de álcool que acarretam crimes de proximidade, e 3) tráfico de drogas. Portanto, são diminutos os homicídios associados ao tráfico de drogas.

O Ministério Público e o tráfico de drogas

²¹ Esses foram os únicos dados obtidos junto aos órgãos estatais, mais especificamente o MPPE.

²² Entrevista em 17/08/2005. Optamos por não identificar o policial.

²³ Idem.

²⁴ Ibidem.

O Ministério Público (MP) é o titular da ação penal. Um acusado por crime só poderá ser julgado caso o MP denuncie. As denúncias crimes do MP são construídas com base no inquérito policial. Neste sentido, o MP possui posição estratégica no arcabouço institucional coercitivo brasileiro, pois sem a ação dele o julgamento de um crime por parte do Poder Judiciário não ocorre.

Três grandes questionamentos estão a merecer respostas: 1) O tráfico de drogas no Polígono da Maconha é desenvolvido de modo solitário ou coletivo (grupos)? 2) Qual instituição policial detém mais traficante ou produtores no Polígono? 3) Ocorrem mais prisões de traficantes ou de produtores de maconha?

A atuação do MPPE foi analisada com base nas denúncias oferecidas em quatro cidades – Belém do São Francisco, Floresta, Salgueiro e Cabrobó. O ideal teria sido que todas as cidades inseridas no Polígono fossem objeto desse tipo de análise. Contudo, nem sempre as promotorias tinham as denúncias arquivadas! Uma outra dificuldade foi o deslocamento por todos os municípios do Polígono. Aconselhada pelos promotores e policiais, a equipe de pesquisa optou em não ir a todos os municípios do Polígono por conta de que são freqüentes os assaltos na região. Além disto, pelo tipo de trabalho a ser pesquisado, ameaças à integridade física poderiam ocorrer.

O período analisado foi de 2000 a 2004. Porém, nem todas as promotorias ofereceram as denúncias relativas ao período como um todo. Por conta disto, a análise foi desenvolvida, restritamente, por municípios. Não foi possível, deste modo, uma compreensão totalizante envolvendo todos os municípios.

Em Belém de São Francisco, entre 2000 a 2003, foram denunciadas 303 pessoas. Num total de 132 denúncias. Isto significa que em cada denúncia mais de uma pessoa é denunciada. No período analisado existiram 79 denúncias (59,8%) por tráfico; 16 (12,1%) por homicídios; 16 (12,1%) por tentativa de homicídio; 10 (7,57%) por plantação/cultivo de maconha; e 11 (8,3%) por outros crimes. A média de idade dos denunciados é de 36 anos.

Foram efetuadas pela Polícia Militar (PM) 87% das prisões, incluindo todos os crimes; 12,2% pela Polícia Federal (PF) e 0,8% por ações conjuntas das duas Polícias²⁵. Estes dados revelam a inação da Polícia Civil.

Os dados referentes à Belém de São Francisco possibilitam as seguintes conclusões: 1) Lá tráfico de drogas é realizado majoritariamente em grupo²⁶. No caso do cultivo da maconha, há uma maior frequência de ação solitária por parte dos cultivadores²⁷; 2) a PM é a força policial que mais detém indivíduos²⁸; 3) ocorrem mais prisões de traficantes do que produtores/cultivadores de maconha. Isto significa que a Polícia concentra suas ações muito mais na comercialização/transporte de drogas em vez do cultivo da mesma.

No período de 2000 a 2003, em Floresta 139 pessoas cometeram crimes. No entanto, apenas 76 denúncias foram oferecidas pelo MP. Tais dados revelam a existência de mais de uma pessoa por denúncia. Das denúncias, 40,7% dizem respeito ao tráfico de drogas; 36,8% a homicídios; 14,47 a tentativa de homicídio; 6,57 a plantação/cultivo de maconha; e 1,3% a outros. A média de idade dos denunciados é de 33 anos.

Petrolândia (68,63), Floresta (68,22), Petrolina (66,86) e Orocó (63,22) aparecem como os municípios que possuem a maior taxa média de homicídios entre 1998 a 2002. Neste sentido, os dados do MPPE corroboram com as taxas de homicídios apresentados, anteriormente, referentes a Floresta.

Em Floresta, 65% das prisões foram realizadas pela PM; 8% pela Polícia Federal; e 1% pela Polícia Civil. Este resultado mostra, mais uma vez, a ação ineficiente desta instituição no Polígono.

O número máximo de pessoas denunciadas em uma mesma denúncia, na cidade de Floresta, foi de oito²⁹. Esses dados evidenciam a presença de muitas denúncias envolvendo mais de uma pessoa, ou seja, indivíduos atuando em grupo. Os dados relativos à Floresta

²⁵ Os dados foram obtidos ao serem analisadas as denúncias do MPPE.

²⁶ A média de pessoas denunciadas por tráfico em cada peça denunciativa é de 2,20. Já ocorreu de 6 pessoas serem denunciadas numa mesma denúncia.

²⁷ A média de indivíduos denunciados por cultivo de maconha é de 1,20. Ao analisar as denúncias, constato que o máximo de pessoas denunciadas por cultivo em cada denúncia é dois.

²⁸ Deve ser levado em consideração o fato da PM efetuar o policiamento ostensivo além de possuir um maior efetivo região. Inclusive, com ações desenvolvidas por policiais deslocados do Recife para operações como Paz nas Estradas.

²⁹ A média de denunciados é de 1,79; a mediana de um e o desvio padrão de 1,188.

possibilitam conclusões similares às de Belém de São Francisco: 1) o tráfico de drogas em Floresta é realizado, majoritariamente, de modo coletivo³⁰. No caso do cultivo da maconha, ao contrário de Belém de S. Francisco, há uma maior frequência de ação em grupo³¹; 2) a PM é a força policial que mais detém indivíduos; 3) ocorrem mais prisões de traficantes do que produtores/cultivadores de maconha. Isto pode ser devido a maior dificuldade em local em prender em flagrante o plantador do pé de maconha. Ou falta de aparelhamento policial para fiscalizar o cultivo. Como a área é imensa é necessário o uso de helicóptero para sobrevoar a área. E este tipo de aeronave nem sempre está disponível para a polícia.

Em Santa Maria da Boa Vista, no período de 2003 a 2004, foram denunciadas 96 pessoas, de um total de 60 denúncias. Mais uma vez, constatou-se a presença de algumas denúncias com mais de um denunciado. A idade média dos denunciados é de 33 anos. Setenta e cinco por cento das denúncias têm como tipo de crime o homicídio; 11,6% tráfico de drogas; 10% tentativa de homicídio; 1,66% plantação/cultivo de maconha. Ao contrário dos municípios analisados anteriormente, o crime que predomina nas denúncias é o homicídio. Convém lembrar que Santa Maria da Boa Vista não apresenta picos de homicídios, e nem está inserida no ranking das cidades com maiores taxas de homicídios..

Note-se que 47% das prisões foram realizadas pela PM; 32% pela Polícia Civil; 16% pela Polícia Federal; e 5,2% em ação conjunta das Polícias. Neste caso, a Polícia Civil aparece em segundo lugar como instituição que mais efetuou prisões. Ao contrário dos outros municípios analisados.

Os dados revelam que em Santa Maria da Boa Vista existe uma menor incidência de grupos organizados atuando no tráfico e no cultivo da maconha³². A Polícia Civil apresenta resultados significantes na sua atuação coercitiva. O crime de homicídios é que tem uma maior quantidade na região

No período de 1999 a 2003, na cidade de Salgueiro, foram denunciadas 142 pessoas – em um total de 80 peças denunciativas. A média de idade dos acusados é de 37 anos e

³⁰ A média de pessoas denunciadas por tráfico em cada peça denunciativa é de 2,13. A mediana é de 2,00. Já ocorreu de 5 pessoas serem denunciadas numa mesma denúncia.

³¹ A média de indivíduos denunciados por cultivo de maconha é de 2,20. A mediana é de 2,00. Ao analisar as denúncias, constato que o máximo de pessoas denunciadas por cultivo em cada denúncia é quatro.

³² O número máximo de pessoas denunciadas por tráfico de drogas foi de 5. Este mesmo valor para as pessoas denunciadas por plantação/cultivo de maconha.

87,5% das denúncias versam sobre tráfico de drogas; 11,25 % sobre plantação/cultivo de maconha; e 1,25% sobre homicídios. Constatou-se que as taxas deste tipo de crime estão entre as mais baixas dos municípios do Polígono (ver gráfico 7) . Portanto, deve existir relação entre diminutas denúncias sobre homicídios e a sua frequência. Claro, a ineficácia por parte da Polícia Civil na identificação dos atores criminais é um ponto a ser considerado.

Em Salgueiro, 49% das prisões foram realizadas pela PM; 36% pela PF³³; 10% pela PC; e 3,9% em ação conjunta das Polícias. Informo que desde o ano 2000, foi instalada na cidade de Salgueiro uma delegacia da Polícia Federal. Neste sentido, a instalação da delegacia poderá ter acarretado uma maior presença policial e conseqüentemente mais prisões, com regularidade, foram feitas. Novamente, a Polícia Civil aparece com uma atuação pífia.

Em Salgueiro predomina a atuação de grupos organizados no tráfico de drogas³⁴ e no cultivo da maconha³⁵. A PM, novamente, mostra-se mais presente na região. O tráfico de drogas é a atividade criminal predominante.

Em Cabrobó, 111 pessoas foram denunciadas. Este quantitativo refere-se aos anos de 2000, 2002 e 2003³⁶. Nestes anos foram apresentadas 59 denúncias. Mais uma vez, houve a presença de mais de uma pessoa denunciada por denúncia. Das denúncias, 66,1% versam sobre o tráfico de drogas; 28,8% referem-se à plantação/cultivo de maconha; 3,3% fazem menção a outros crimes; e 1,7% tem como crime o homicídio. A média de idade dos acusados é de 34 anos.

A PM realizou 68% das prisões; 28% pela Polícia Federal e 3,5% em ação conjunta das Polícias. Com base nas denúncias analisadas, a presença da Polícia Civil é, praticamente, inexistente. Mais uma vez, o quadro repete-se em Cabrobó: 1) tanto no

³³ Em 2000, foi instalada em Salgueiro uma delegacia da Polícia Federal. Isto levou a um aumento do número de prisões na região. Entrevista sigilosa com policiais federais em 12/01/2003.

³⁴ A média de pessoas denunciadas por denúncias é de 1,73. A mediana é 1. O máximo de pessoas encontradas numa mesma denúncia é de 6.

³⁵ Dois é a média de pessoas denunciadas por denúncias. A mediana também é este valor. O máximo de pessoas encontradas numa mesma denúncia é de 4.

³⁶ Não conseguimos dados para o ano de 2001.

âmbito do tráfico de drogas³⁷ como no cultivo de maconha³⁸, ações em grupo predominam; 2) a PM está mais presente na região; 3) e o tráfico de drogas é a principal atividade criminal.

Partindo dos dados fornecidos pelo MPPE, o seguinte perfil da criminalidade na região pode ser estabelecido: grupos de criminosos atuando no tráfico de drogas e no cultivo da maconha; a Polícia Militar e a Polícia Federal são as polícias mais presentes; e o tráfico de drogas é a atividade criminal com maior incidência na região.

Conclusão

A análise do contexto sócio-econômico do Polígono da Maconha, não detectou uma razão principal para o cultivo e tráfico de drogas. Ou seja, nem o Índice de Desenvolvimento Humano, nem a renda *per capita* nem o grau de concentração de renda explicam, *per se*, os ilícitos cometidos nesta região. Outras cidades, com piores níveis de IDH, com menor renda *per capita* e maior concentração de renda não enveredaram para o tráfico e consumo de drogas.

Dados do Ministério Público de Pernambuco mostraram que há, majoritariamente, grupos organizados plantando e comercializando maconha. Mesmo diante deste quadro de ilicitude, percebeu-se a ineficiência e ineficácia do aparelho coercitivo do Estado. O próprio Ministério Público apresenta sérias deficiências na sua atuação. O Judiciário não disse a que veio. Até porque testemunhas de crimes, negam-se a prestar depoimento público com receio de perderem a vida.

A atuação da Polícia Civil na investigação de crimes ocorridos, é, praticamente, inexistente. A Polícia prende mais traficantes do que plantadores de maconha. Quando o lógico seria o inverso. Contudo, para uma área imensa de plantação é necessário helicóptero para visualizar, com mais rapidez, os pés de maconha. No entanto, as polícias estaduais não possuem este tipo de aeronave estacionada na região. Às vezes, a Polícia Federal desloca uma de suas aeronaves para fazer este serviço.

³⁷ A média de indivíduos de pessoas denunciadas por denúncia é de 1,87. A mediana é 1.

³⁸ Em média, são denunciadas por denúncia, 1,65 quando o crime é cultivo de maconha. A mediana é 2.

É razoável admitir que a ousadia dos bandidos cresce com o aumento da probabilidade de êxito do crime. Tanto é que a instalação de uma delegacia da Polícia Federal em Salgueiro, em 2000, trouxe efeitos benéficos no combate ao cultivo e tráfico de drogas. Bem como inibiu os assaltos nas estradas que cortam o Polígono que já estiveram intransitáveis por conta do aumento da bandidagem.

Segundo fontes policiais, o tráfico de drogas no Polígono abastece secundariamente os municípios da região. A maioria da produção é escoada para Regiões Metropolitanas do Nordeste. A localização geográfica do Polígono é estratégica nesta distribuição. Quando a droga chega nestas metrópoles é que se dá a disputa, geralmente bélica, por território. O objetivo é monopolizar a venda da droga para os cativos mercados consumidores .

No Polígono da Maconha não há disputa por território por existir grande disponibilidade de terras para a produção. E o mercado local, como dito acima, é fonte secundária de renda para o atravessador da droga. Portanto, o grande número de homicídios existente na região, ao contrário do que diz o senso comum, não deve ser imputado ao cultivo e tráfico de droga

Não se deve olvidar que o problema da droga não é apenas uma questão de polícia. Para municípios sem perspectivas de geração de emprego, o cultivo e tráfico de droga resultam em fonte de renda que alimenta a cadeia econômica da região. Gerando, inclusive, impostos para as prefeituras locais.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E CITADA

ADORNO, Sérgio. (2001), “Políticas de controle e repressão ao tráfico internacional de drogas: estudo comparativo de Brasil e Portugal – 1980-1990”, in José Manuel Pureza (org), *A teia global: movimentos sociais e instituições sociais*. Lisboa: Edições Afrontamento.

....., Sérgio. (2002), “Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea”, in Sergio Miceli (org.), *O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002*. V. 4, São Paulo: Sumaré.

ARAÚJO, Roberto. (2002), “The drug trade, the black economy and society in Western Amazônia in Brazil”, in Christian Geffray, Guilhem Fabre and Michel Schiray (org.), *Globalisation, drugs and criminalisation – Final research report on Brazil, China, India and Mexico*. França: Unesco/Most.

BAHIA, Luiz Henrique Nunes. (2003), *O poder clientelismo – Raízes e fundamentos da troca política*. Rio de Janeiro: Renovar.

COYLE, Diane. (2003), *Sexo, drogas e economia – Uma introdução não-convencional à economia do século 21*. Tradução de Melissa Kassner. São Paulo: Editora Futura.

FAORO, Raymundo. (2001), *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Globo.

FERNANDES, Marcos. (2002), “A economia e a política do crime organizado”. *Valor Econômico*, 31 jan.

FIorentini, Gianluca; e PELTZMAN, Sam. (1995), *The economics of organised crime*. Cambridge: University Press.

GEFFRAY, Christian. (2002), “Social, economic and political impacts of drug trafficking in the state of Rodônia, in the Brazilian Amazon” in Christian Geffray, Guilhem Fabre and Michel Schiray (org.), *Globalisation, drugs and criminalisation – Final research report on Brazil, China, India and Mexico*. França: Unesco/Most.

GOMES, Micheline. (1999). *Segundo a lei do sertão*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 1999. Mimeografado.

LEEDS, Elizabeth. (1999), “Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira”, in Alba Zaluar e Marcos Alvito (org.), *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV.

LUPO, Salvatore. (2002), *História da Máfia: das origens aos nossos dias*. Tradução de Álvaro Lorencine. São Paulo: Ed. Unesp.

MACHADO, Lia Osório. (2002), “Drug trafficking and money laundering in the Amazon region: geoeconomic and geopolitical effects” in Christian Geffray, Guilhem Fabre and Michel Schiray (org.), *Globalisation, drugs and criminalisation – Final research report on Brazil, China, India and Mexico*. França: Unesco/Most.

MAGALHÃES, Mário. (2000), *O Narcotráfico*. São Paulo: Editora Publifolha.

MAIEROVITCH, Wálter. (2003), “Os cocaleiros e os gringos”. *Revista Carta Capital*, 29 out.

MINGARDI, Guaracy. (1996), *O Estado e o crime organizado*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

....., Guaracy e GOULART, Sandra. (2002), “Drug trafficking and the informal market in an urban area: the case of São Paulo” in Christian Geffray, Guilhem Fabre and Michel Schiray (org.), *Globalisation, drugs and criminalisation – Final research report on Brazil, China, India and Mexico*. França: Unesco/Most.

NETO, Otávio Cruz, MOREIRA, Marcelo Rasga, SUCENA, Luzi Fernando Mazeei. (2001), *Nem soldados nem inocentes – Juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

OLIVEIRA, Adriano. (2001), Narcorede institucional pública e o Estado paralelo ilícito: propondo a construção de novos conceitos e discutindo o Estado de Direito democrático no Brasil, in *ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NORTE-NORDESTE*, 10., Salvador, ago..

....., Adriano. (2002), Crime organizado no Brasil: em busca de um modelo explicativo para a sua existência e *modus operandi*, in *Encontro de Ciências Sociais da UFPE*, 29, Recife, maio.

OLSON, Mancur. (1999), *A lógica da ação coletiva*. Tradução de Fabio Fernandez. São Paulo: Edusp.

ORDESHOOK, Peter C. (1986), *Game theory and political theory: an introduction*. Cambridge: University Press.

PAIXÃO, Antônio Luiz. (1994), “Problemas sociais, políticas públicas” in Alba Zaluar (org), *Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos*, São Paulo: Brasiliense.

PROCÓPIO, Argemiro. (1999a) *O Brasil no mundo das drogas*. Petrópolis: Vozes.
....., Argemiro. (1999b), *Narcotráfico e segurança humana*. São Paulo: LTr.

....., Argemiro. (2000), “O narcotráfico no espaço rural da Amazônia” in Ana Maria Motta & Jorge Artílio S. Iulianelli (org.), *Narcotráfico e violência no campo*, Rio de Janeiro: DP&A.

PUTNAM, Robert D. (2002), *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Terceira edição. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

REIS, Fábio Wanderley. (2000a) *Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira*. São Paulo: Edusp.

_____. (2000b) *Política e racionalidade: problemas de teoria e método de uma sociologia crítica da política*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG.

ROUDRIGUES, Thiago M. S. (2002), “A infundável guerra americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente”. *São Paulo em Perspectiva*, 16, 2: 111-102.

....., Thiago M. S. (2003), *Narcotráfico: uma guerra na guerra*. São Paulo, Desatino.

SHONENBERG, Régine. (2002), “Drug trafficking in the brazilian Amazon”, in Christian Geffray, Guilhem Fabre and Michel Schiray (org.), *Globalisation, drugs and criminalisation – Final research report on Brazil, China, India and Mexico*. França: Unesco/Most.

SOARES, Luiz Eduardo. (2000), *Meu casaco de general – Quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras.

SOUZA, Jessé. (2000), *A modernização seletiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

TSEBELIS, George. (1998). *Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada*. Trad. de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Universidade de São Paulo.

VELHO, Gilberto. (1994), “A dimensão cultural e política dos mundos das drogas”, in Alba Zaluar (org), *Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos*, São Paulo: Brasiliense.

ZALUAR, Alba. (1994), *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: UFRJ.

....., Alba. (1998), “Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil”, in Lilia Moriz Schawarcz (org), *História da vida privada no Brasil: contraste da intimidade contemporânea*, São Paulo: Companhia das Letras.

....., Alba. (1999a), “Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização”, in *São Paulo em Perspectiva*, 13, 3: 17-3.

....., Alba. (1999b), “A globalização do crime e os limites da explicação local”, in José Vicente Tavares (org), *Violência em tempos de globalização*, São Paulo: Hucitec.

....., Alba. (2002a), “Drug trafficking and the informal market in Rio de Janeiro”, in Christian Geffray, Guilhem Fabre and Michel Schiray (org.), *Globalisation, drugs and criminalisation – Final research report on Brazil, China, India and Mexico*. França: Unesco/Most.

....., Alba. (2002b), “Violence related to illegal drugs, easy money and justice in Brazil: 1980 – 1995”, in Christian Geffray, Guilhem Fabre and Michel Schiray (org.), *Globalisation, drugs and criminalisation – Final research report on Brazil, China, India and Mexico*. França: Unesco/Most.

....., Alba. (2002c), “Violence in Rio de Janeiro: styles of leisure, drug use and trafficking”, in Christian Geffray, Guilhem Fabre and Michel Schiray (org.), *Globalisation, drugs and criminalisation – Final research report on Brazil, China, India and Mexico*. França: Unesco/Most.

WEBER, Max. (1999-2000), *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. de Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3. ed. Brasília: UnB, 2v.

ZAVERUCHA, Jorge. (2003), *Polícia Civil de Pernambuco: o desafio da reforma*. Recife: Editora Universitária.

Geografia do Tráfico de Drogas em São Paulo: Testando Algumas Variáveis

Ernani Carvalho¹

Jorge Zaverucha

Adriano Oliveira

¹ Os autores são membros do Núcleo de Estudo de Instituições Coercitivas da UFPE. Agradecemos a assessoria de Rodrigo Rodrigues na elaboração dos dados.

Introdução

Desde o início a preocupação fundamental deste estudo foi servir como instrumento de reflexão sobre o papel das instituições coercitivas em uma democracia. O Ministério Público², a partir da Constituição de 1988, tornou-se uma das mais importantes instituições da chamada Nova República. De uma instituição altamente dependente do Poder Executivo (seja ele federal ou estadual) para uma com alto grau de autonomia em suas atribuições.

Procuramos demonstrar que o Ministério Público de São Paulo possui potencialidade institucional para intervir de forma mais contundente no chamado crime organizado. A nossa proposta é que a formação de um grupo de elite responsável por construir e analisar dados se constitui em um forte instrumento de combate a criminalidade. Além de ser um instrumento de consulta de dados alternativo aos oferecidos pelos governos estadual e federal. Em uma sociedade onde o medo toma conta da população e o contrato social não consegue ser minimamente mantido, a preocupação com a segurança pública deveria ser ponto central das discussões políticas. Neste sentido, o aperfeiçoamento das instituições coercitivas, dentre elas o Ministério Público, é fundamental.

Dentre os tipos de atividade do crime organizado existe uma que, segundo a mídia, vem crescendo em sua intensidade e importância: o tráfico de drogas. Este tipo de delito tem sido estudado sob diversos aspectos³. Neste trabalho abordaremos a relação do tráfico de drogas com homicídios, renda e escolaridade na maior cidade da América do Sul.

Jornalistas, policiais, empresários ou operários, tendem a associar o tráfico de drogas às altas taxas de homicídio, ao baixo nível de formação e até mesmo a precariedade econômica dos indivíduos. Nossa tarefa neste trabalho é, na medida que os dados permitirem, verificar se existe alguma correlação entre essas variáveis.

² A profusão de trabalhos sobre o Ministério Público no Brasil reflete bem essa realidade. *Vide*: Arantes (2002), Kercher (2003), Sanches (2004).

³ Destacamos os seguintes trabalhos que abordam o tráfico de drogas no Brasil: Silva (2000), Procópio (1999) e Zaluar (2004).

Dados Utilizados

Parte dos dados dispostos abaixo faz parte de um banco de dados construído em parceria com o Ministério Público do Estado de São Paulo. O N (número de casos) da pesquisa é de 15.441 casos de apreensão de drogas na cidade (município) de São Paulo. Estes dados são referentes ao período de 1998 até 2004. Apenas os dados de 2004 estão incompletos. Cada caso notificado se tornou uma ação penal pública oferecida pelo Ministério Público a Justiça comum. Os dados oferecem informação sobre quem prendeu, que tipo de droga foi apreendida, qual a quantidade da droga apreendida e qual a geografia do tráfico nos bairros de São Paulo.

Além dos dados levantados junto ao Ministério Público, agregamos vários dados de outros órgãos disponíveis no sítio dos mesmos. Os dados referentes a escolaridade e renda foram retirados do censo do IBGE de 2002. Os dados sobre homicídio e taxa de homicídio por cem mil habitantes foram retirados da Fundação Seade para o ano de 2004.

Repressão e Tráfico de Drogas na Cidade de São Paulo

Abaixo segue algumas análises estatísticas descritivas que informam quem prendeu e que tipo de droga foi mais apreendida.

Frequências de Quem prendeu por Categoria:

Tabela 1

Quem prendeu (em categorias)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 PM	9663	62,6	62,6	62,6
	2 PC	4441	28,8	28,8	91,4
	3 Outros	1332	8,6	8,6	100,0
	Total	15436	100,0	100,0	
Missing	System	5	,0		
Total		15441	100,0		

Na Tabela 1, podemos ver que 91,4% das prisões foram realizados pelas forças policiais estaduais Polícia Militar (PM) e Polícia Civil (PC). Há uma visível preponderância da Polícia Militar (62,6%). As demais prisões (8,6%) foram feitas por agentes ferroviários, seguranças privados e até a guarda universitária. Preliminarmente, é possível afirmar que o combate ao uso e ao tráfico é feito quase que totalmente pelas forças policiais estaduais.

Tipos de Drogas Apreendidas

Maconha

Tabela 2

Statistics

maconha apreendida

N	Valid	9215
	Missing	6226
Mean		1889,1935
Mode		,50 ^a
Std. Deviation		49687,16
Variance		2,5E+09
Skewness		62,022
Std. Error of Skewness		,026
Kurtosis		4210,375
Std. Error of Kurtosis		,051
Range		3681020
Minimum		,00
Maximum		3681020
Percentiles	10	,8000
	20	1,9000
	25	2,6000
	30	3,7000
	40	6,4000
	50	11,9000
	60	24,7600
	70	50,7000
	75	72,6000
	80	114,7800
	90	432,7600
	91	493,4560
92	589,1440	
93	752,2000	
94	910,1560	
95	1048,3400	
96	1561,4720	
97	2573,7120	
98	5605,0000	
99	20062,06	

a. Multiple modes exist. The smallest value is shown

Estas são as estatísticas descritivas da variável que se refere à quantidade (em gramas) da maconha apreendida. Uma análise superficial dos dados aponta uma dispersão muito grande dos dados, pois o desvio padrão (49687,16) é muito superior à média (1889,19). Apesar de ser baixa a média, existem casos que superam em muito o seu valor e, por isso, puxam o desvio padrão para cima. Noutras palavras existe um grande número de casos em que a quantidade de Maconha apreendida foi pequena. Em contrapartida, existe um reduzido número de casos em que a quantidade de droga apreendida foi muito alta. Isto pode ser observado na tabela dos dados que indicam a apreensão mínima e a máxima.

Como podemos ver na distribuição dos casos em percentis, 70% dos casos foram prisões com quantidade até 50g (50,70) da droga. Noventa por cento dos casos apresentam valores inferiores ou iguais a 432,76 (aproximadamente 433g), ou seja, a grande maioria dos casos está bem abaixo da média de apreensão.

Craque

Tabela 3

Statistics

crack apreendido

N	Valid	3199
	Missing	12242
Mean		50,0648
Mode		2,00
Std. Deviation		385,69258
Variance		148758,8
Skewness		17,297
Std. Error of Skewness		,043
Kurtosis		354,498
Std. Error of Kurtosis		,087
Range		9934,00
Minimum		,00
Maximum		9934,00
Percentiles	10	,5000
	20	1,0000
	25	1,4000
	30	1,9000
	40	3,0000
	50	4,4000
	60	6,6000
	70	10,5000
	75	13,3000
	80	18,0000
	90	44,6000
	91	50,0000
92	57,8000	
93	72,4000	
94	89,8000	
95	109,0000	
96	159,1000	
97	208,0000	
98	390,4000	
99	858,0000	

Estas são as estatísticas descritivas referentes à quantidade (em gramas) de craque apreendida. Uma análise superficial dos dados aponta uma dispersão muito grande dos dados, pois o desvio padrão (385,69) é muito superior à média (50,06). Apesar ser baixa a média, existem casos que superam em muito o seu valor e, por isso, puxam o desvio padrão para cima. É o mesmo padrão de variação tanto da maconha como da cocaína (como veremos a seguir).

Como podemos ver na distribuição dos casos em percentis, 90% dos casos apresentam valores inferiores ou iguais a 44,60 (ou 44,6g), ou seja, a grande maioria dos casos está abaixo da média de apreensão. Isso reproduz o mesmo padrão da maconha, ou seja, a grande maioria das apreensões realizadas é de pequena quantidade.

Cocaína

Tabela 4

Statistics

cocaína apreendida

N	Valid	6253
	Missing	9188
Mean		834,0431
Mode		2,00
Std. Deviation		12199,57423
Variance		148829611,43603
Skewness		29,370
Std. Error of Skewness		,031
Kurtosis		1007,026
Std. Error of Kurtosis		,062
Range		509690,00
Minimum		,00
Maximum		509690,00
Percentiles	10	,8000
	20	1,8000
	25	2,3000
	30	3,0000
	40	4,6420
	50	6,9000
	60	10,9000
	70	17,9000
	75	23,7500
	80	35,8000
	90	109,0000
	91	138,4140
	92	198,0320
	93	287,0000
	94	469,5440
	95	779,4900
	96	1085,6680
	97	2033,3880
	98	4312,4200
	99	12474,8940

Estas são as estatísticas descritivas referentes à quantidade (em gramas) de cocaína apreendida. A dispersão dos dados se mantém como nos casos anteriores. O desvio padrão (12199,57) é muito superior à média (834,04). Tal qual nos demais casos, apesar da média ser baixa, há casos que superam em muito o seu valor e, por isso, puxam o desvio padrão para cima.

Os casos extremos aqui são ainda mais salientes, pois, como podemos ver na distribuição dos casos em percentis, 95% dos casos apresentam valores inferiores ou iguais a 779,49 (aproximadamente 779,5g). Ou seja, a grande maioria dos casos está abaixo da média de apreensão. Há uma enorme concentração nas pequenas apreensões com alguns casos isolados de grandes apreensões que puxam o valor da média e do desvio padrão para cima. Portanto, a apreensão de cocaína segue o padrão das drogas anteriores: o número de grandes apreensões é infinitamente menor que as de pequeno porte.

De uma forma geral os dados mostram que o combate ao tráfico de drogas na cidade de São Paulo é, em termos quantitativos, baseado nas pequenas apreensões. Ou seja, as autoridades policiais gastam grande parte de seus esforços e recursos na repressão do uso e do pequeno tráfico. Dito de outra forma, o aparelho coercitivo do Estado direciona grande parte de suas energias reprimindo os usuários e pequenos traficantes.

Não podemos esquecer que cada apreensão se transformou em uma ação penal pública. E envolveu a participação de policiais, promotores de justiça, defensores públicos, advogados, servidores judiciais e juízes. É razoável afirmar que o cálculo tempo/custo das forças empregadas neste tipo de repressão representa uma parcela significativa dos recursos públicos empregados na área de segurança.

Geografia do Tráfico em São Paulo:

Os dados da tabela abaixo revelam importante fotografia de quais os bairros com maior incidência de venda e, conseqüentemente, de apreensão de drogas. Entre as dez regiões de maior apreensão a região central responde com seis bairros (República, Bela Vista, Liberdade, Sé, Santa Cecília, Consolação e Bom Retiro). Como podemos observar, de uma forma também preliminar, é possível dizer que entre os bairros de maior incidência de apreensão, a região central responde por mais de 25% das ocorrências. Portanto, os pontos de apreensão de drogas são bastante dispersos. Isto indica uma forte fragmentação do sistema de venda de drogas na cidade de São Paulo.

Os dados referentes ao elevado número de pequena quantidade de droga apreendida associado ao alto grau de fragmentação da comercialização da droga podem se constituir em fortes indicadores da ausência de uma estrutura organizadora do tráfico na cidade. Porém, não desprezando a habilidade dos traficantes, é possível, embora seja improvável, que os traficantes sejam eficientes a ponto de fragmentarem a distribuição para dificultar a apreensão e o custo da “queda” de cada ponto. Infelizmente os nossos dados são incapazes de resolver esse problema.

Tabela 5
N de apreensões por Região (Município de São Paulo)

Região	Freq.	%	% Válido	% Acum.
REPÚBLICA	1281	8,30	8,30	8,30
BELA VISTA	510	3,30	3,30	11,60
LIBERDADE	437	2,83	2,83	14,43
SÉ	429	2,78	2,78	17,21
CIDADE ADEMAR	394	2,55	2,55	19,76

SANTA CECÍLIA	379	2,45	2,45	22,21
CONSOLAÇÃO	362	2,34	2,34	24,56
SAPOPEMBA	341	2,21	2,21	26,77
BRASILANDIA	323	2,09	2,09	28,86
BELÉM	310	2,01	2,01	30,87
JABAQUARA	303	1,96	1,96	32,83
BOM RETIRO	282	1,83	1,83	34,65
PIRITUBA	261	1,69	1,69	36,34
JAÇANÃ	242	1,57	1,57	37,91
ITAIM BIBI	237	1,53	1,53	39,45
PINHEIROS	234	1,52	1,52	40,96
CARRÃO	234	1,52	1,52	42,48
FREGUESIA DO Ó	216	1,40	1,40	43,88
IPIRANGA	208	1,35	1,35	45,22
VILA LEOPOLDINA	202	1,31	1,31	46,53
CACHOEIRINHA	190	1,23	1,23	47,76
CARANDIRU	189	1,22	1,22	48,99
VILA FORMOSA	187	1,21	1,21	50,20
BRÁS	186	1,20	1,20	51,40
CANGAIBA	185	1,20	1,20	52,60
CIDADE DUTRA	184	1,19	1,19	53,79
ITAQUERA	181	1,17	1,17	54,96
VILA MEDEIROS	180	1,17	1,17	56,13
JARAGUÁ	176	1,14	1,14	57,27
CAMPO BELO	168	1,09	1,09	58,36
SÃO LUCAS	165	1,07	1,07	59,43
VILA MARIANA	158	1,02	1,02	60,45
CASA VERDE	157	1,02	1,02	61,47
VILA MARIA	156	1,01	1,01	62,48
BARRA FUNDA	155	1,00	1,00	63,48
AGUA RASA	155	1,00	1,00	64,48
SANTANA	155	1,00	1,00	65,49
CAPÃO REDONDO	153	0,99	0,99	66,48
CIDADE TIRADENTES	151	0,98	0,98	67,46
MOEMA	150	0,97	0,97	68,43
LIMÃO	150	0,97	0,97	69,40
JARDIM SÃO LUIS	140	0,91	0,91	70,31
PENHA	131	0,85	0,85	71,15
ITAIM PAULISTA	128	0,83	0,83	71,98
SÃO MIGUEL	122	0,79	0,79	72,77
VILA PRUDENTE	121	0,78	0,78	73,56
JOSÉ BONIFÁCIO	119	0,77	0,77	74,33
SACOMÃ	119	0,77	0,77	75,10
ARTUR ALVIM	118	0,76	0,76	75,86

GUAIANASES	117	0,76	0,76	76,62
VILA MATILDE	116	0,75	0,75	77,37
GRAJAU	114	0,74	0,74	78,11
TREMEMBÉ	114	0,74	0,74	78,85
TATUAPÉ	114	0,74	0,74	79,59
MANDAQUI	113	0,73	0,73	80,32
LAPA	107	0,69	0,69	81,01
LAJEADO	106	0,69	0,69	81,70
SAÚDE	104	0,67	0,67	82,37
JARDIM ANGELA	103	0,67	0,67	83,04
SÃO MATEUS	102	0,66	0,66	83,70
JARDIM PAULISTA	101	0,65	0,65	84,35
SÃO DOMINGOS	98	0,63	0,63	84,99
PARI	92	0,60	0,60	85,58
RIO PEQUENO	92	0,60	0,60	86,18
PERDIZES	91	0,59	0,59	86,77
RAPOSO TAVARES	91	0,59	0,59	87,36
CAMPO GRANDE	90	0,58	0,58	87,94
CURSINO	90	0,58	0,58	88,52
CAMPO LIMPO	89	0,58	0,58	89,10
MOOCA	88	0,57	0,57	89,67
SANTO AMARO	87	0,56	0,56	90,23
TUCURUVI	87	0,56	0,56	90,80
CIDADE LIDER	85	0,55	0,55	91,35
VILA JACUI	81	0,52	0,52	91,87
PEDREIRA	80	0,52	0,52	92,39
IGUATEMI	80	0,52	0,52	92,91
CAMBUCI	79	0,51	0,51	93,42
PARQUE DO CARMO	74	0,48	0,48	93,90
PERUS	74	0,48	0,48	94,38
ARICANDUVA	71	0,46	0,46	94,84
VILA GUILHERME	70	0,45	0,45	95,29
JARDIM HELENA	66	0,43	0,43	95,72
VILA CURUÇA	66	0,43	0,43	96,15
BUTANTÃ	65	0,42	0,42	96,57
JAGUARA	59	0,38	0,38	96,95
PONTE RASA	56	0,36	0,36	97,31
SÃO RAFAEL	51	0,33	0,33	97,64
PARELHEIROS	50	0,32	0,32	97,97
ERMELINO MATARAZZO	48	0,31	0,31	98,28
VILA SONIA	39	0,25	0,25	98,53
ALTO DE PINHEIROS	36	0,23	0,23	98,76
JAGUARE	36	0,23	0,23	99,00
SOCORRO	33	0,21	0,21	99,21

MORUMBI	27	0,17	0,17	99,38
VILA ANDRADE	20	0,13	0,13	99,51
ANHANGUERA	12	0,08	0,08	99,59
	6	0,04	0,04	99,63
GUARULHOS	4	0,03	0,03	99,66
HELIOPOLIS	3	0,02	0,02	99,68
SAO BERNARDO DO CAMPO	3	0,02	0,02	99,70
EMBU	2	0,01	0,01	99,71
TABOAO DA SERRA	2	0,01	0,01	99,72
JARDIM MIRIAM	2	0,01	0,01	99,73
PARADA DE TAIPAS	2	0,01	0,01	99,75
PARQUE NOVO MUNDO	2	0,01	0,01	99,76
CAMPOS ELISEOS	2	0,01	0,01	99,77
JARDIM PAULISTANO	2	0,01	0,01	99,79
JARDIM ALVORADA	1	0,01	0,01	99,79
JARDIM SANTO ANDRE	1	0,01	0,01	99,80
JARDIM SANTO ANTONIO	1	0,01	0,01	99,81
PARAÍSO	1	0,01	0,01	99,81
JARDIM COLONIAL	1	0,01	0,01	99,82
VILA AMALIA	1	0,01	0,01	99,83
JARDIM MONTE ALEGRE	1	0,01	0,01	99,83
VILA QUEIROZ	1	0,01	0,01	99,84
MARSILAC	1	0,01	0,01	99,84
CHACARA SANTANA	1	0,01	0,01	99,85
JARDIM PANTANAL	1	0,01	0,01	99,86
ANGRA DOS REIS/RJ	1	0,01	0,01	99,86
SANTA EFIGÊNIA	1	0,01	0,01	99,87
LUZ	1	0,01	0,01	99,88
VILA RE	1	0,01	0,01	99,88
JARDIM MARISTELA	1	0,01	0,01	99,89
JARDIM SANTA CRUZ	1	0,01	0,01	99,90
JARDIM PLANALTO	1	0,01	0,01	99,90
CAMPINAS	1	0,01	0,01	99,91
BARUERI	1	0,01	0,01	99,92
VILA EULALIA	1	0,01	0,01	99,92
SUZANO	1	0,01	0,01	99,93
SANTO ANDRE	1	0,01	0,01	99,94
JARDIM ICARAI	1	0,01	0,01	99,94
JARDIM SANTA TEREZA	1	0,01	0,01	99,95
VILA NOVA ESPERANÇA	1	0,01	0,01	99,95
VILA DIVA	1	0,01	0,01	99,96
JARDIM PARANA	1	0,01	0,01	99,97
JARDIM IGUATEMI	1	0,01	0,01	99,97
VILA INDUSTRIAL	1	0,01	0,01	99,98

VILA RICA	1	0,01	0,01	99,99
JARDIM AURELIO	1	0,01	0,01	99,99
JARDIM SÃO BENTO	1	0,01	0,01	100,00
Total	15441	100	100	

A geografia do tráfico pode, também, possibilitar o cruzamento e associação de variáveis. Este será o próximo passo da nossa pesquisa.

Correlacionando Variáveis

Após o mapeamento das ocorrências das prisões, correlacionamos o número destas ocorrências, por distrito ou bairro, com algumas variáveis. A nossa intenção é descobrir se variáveis como renda, escolaridade, número de homicídios e taxa de homicídio, por cem mil habitantes, possuem alguma relação com o tráfico de drogas.

Para correlacionar local de ocorrência e renda, agregamos os dados de renda por chefe de família oferecida pelo censo de 2002 do IBGE. Também padronizamos os distritos e bairros segundo a estandardização oferecida pelo IBGE⁴.

A variável renda obedece a seguintes especificações: 1) a renda é medida por chefe de família e 2) as faixas de renda foram determinadas segundo o salário mínimo (SM):

SM_1 = Até $\frac{1}{4}$ de SM

SM_2 = Mais de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$ SM

SM_3 = Mais de $\frac{1}{2}$ até $\frac{3}{4}$ SM

SM_4 = Mais de $\frac{3}{4}$ até 1 SM

SM_5 = Mais de 1 até $1\frac{1}{4}$ SM

SM_6 = Mais de $1\frac{1}{4}$ até $1\frac{1}{2}$ SM

SM_7 = Mais de $1\frac{1}{2}$ até 2 SM

⁴ Vide os dados no sítio do IBGE: www.ibge.gov.br.

SM_8 = Mais de 2 até 3 SM

SM_9 = Mais de 3 até 5 SM

SM_10 = Mais de 5 até 10 SM

SM_11 = Mais de 10 até 15 SM

SM_12 = Mais de 15 até 20 SM

SM_13 = Mais de 20 até 30 SM

SM_14 = Mais de 30 SM

SM_15 = Sem Renda

O resultado da correlação indica que não existe nenhuma ligação entre renda e o número de ocorrências, ou seja, a correlação não é significativa. Fizemos duas correlações, a primeira foi do SM_1 até o SM_9, ou seja, de $\frac{1}{4}$ até 5 salários mínimos. A segunda foi do SM_10 até SM_14, ou seja, de 5 até 30 salários mínimos. Os resultados indicam a ausência de qualquer significância na correlação (*vide* Anexo I).

De forma inversa foi possível observar que em cada distrito a taxa de homicídios se correlaciona significativamente com as faixas de renda mais baixas, o que se dá até o limite de 5 salários mínimos. Em outras palavras, os bairros ou distritos que possuem renda inferior a 5 salários mínimos são também os bairros que possuem as maiores ocorrências de homicídios (*vide* Anexo I).

A variável escolaridade (Esc) foi agregada levando em conta o número de anos estudados:

Esc_1 = até um ano de estudo formal

ESC_1 a 3 = de um até três anos de estudo formal

Esc_4 a 7 = de 4 até sete anos de estudo formal

Esc_8 a 10 = de 8 até 10 anos de estudo formal

Esc_11 a 14 = de 11 até 14 anos de estudo formal

Esc_ 15 = mais de 15 anos de estudo formal

Da correlação da variável escolaridade com o número de prisões realizadas por distrito obtivemos

Tabela 6

Correlação entre Prisões Efetuadas e Escolaridade em Anos por Distrito

		Cod 1	até 1	1a3	4a7	8a10	11a14	mais de 15
codigo_1	Pearson Correlation	1	-,045	-,030	-,011	,054	,249*	,149
	Sig. (2-tailed)		,661	,770	,915	,599	,015	,147
	N	97	96	96	96	96	96	96
esc_sim1	Pearson Correlation	-,045	1	,992**	,969**	,925**	,443**	-,367**
	Sig. (2-tailed)	,661		,000	,000	,000	,000	,000
	N	96	96	96	96	96	96	96
esc_1a3	Pearson Correlation	-,030	,992**	1	,985**	,949**	,494**	-,346**
	Sig. (2-tailed)	,770	,000		,000	,000	,000	,001
	N	96	96	96	96	96	96	96
esc_4a7	Pearson Correlation	-,011	,969**	,985**	1	,982**	,577**	-,326**
	Sig. (2-tailed)	,915	,000	,000		,000	,000	,001
	N	96	96	96	96	96	96	96
esc_8a10	Pearson Correlation	,054	,925**	,949**	,982**	1	,691**	-,223*
	Sig. (2-tailed)	,599	,000	,000	,000		,000	,029
	N	96	96	96	96	96	96	96
esc_11a1	Pearson Correlation	,249*	,443**	,494**	,577**	,691**	1	,418**
	Sig. (2-tailed)	,015	,000	,000	,000	,000		,000
	N	96	96	96	96	96	96	96
esc_15m	Pearson Correlation	,149	-,367**	-,346**	-,326**	-,223*	,418**	1
	Sig. (2-tailed)	,147	,000	,001	,001	,029	,000	
	N	96	96	96	96	96	96	96

*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Como podemos perceber não existe correlação entre escolaridade e número de prisões efetuadas por bairro. No entanto, ao correlacionarmos escolaridade com homicídio e taxa de homicídio (*Vide* Anexo II) tivemos uma correlação significativa até 14 anos de

escolaridade por distrito. Acima disso não há correlação significativa. Ou seja, os bairros que possuem uma média escolar próxima a 15 anos têm uma probabilidade menor da ocorrência do crime capital.

Por fim, fizemos uma correlação entre as prisões efetuadas, homicídios e taxas de homicídio por distrito e não existe correlação entre as prisões e os indicadores de homicídio na cidade de São Paulo. Este dado reflete uma realidade diferente da que foi observada em Belo Horizonte, por exemplo. Em Belo Horizonte observou-se uma correlação entre os homicídios e os distritos de maior incidência de vendas de drogas⁵.

Tabela 7

Correlação entre Prisões Efetuadas, Homicídios e Taxa de Homicídios por Distrito

		codigo_1	hom_tota	tax_hom_total
codigo_1	Pearson Correlation	1	,046	-,025
	Sig. (2-tailed)		,655	,810
	N	97	96	96
hom_tota	Pearson Correlation	,046	1	,690**
	Sig. (2-tailed)	,655		,000
	N	96	96	96
tax_hom_total	Pearson Correlation	-,025	,690**	1
	Sig. (2-tailed)	,810	,000	
	N	96	96	96

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

⁵ A cidade de Belo Horizonte é uma das poucas, se não a única, com possibilidade de compararmos os dados de São Paulo. O tratamento estatístico utilizado permite este feito. *Vide Beato et al (2001)*.

Resultados Estatísticos

De forma sintética podemos afirmar que:

1 – O número de prisões por tráfico de drogas não apresenta correlação significativa com escolaridade e renda;

2 – O número de prisões por tráfico de drogas não está correlacionado com o número nem a taxa de homicídios;

3 – Em cada distrito, a taxa de homicídios se correlaciona significativamente com as faixas de renda mais baixas, o que se dá até o limite de 5 salários mínimos;

4 – Os distritos apresentam correlação até 14 anos de escolaridade com a taxa de homicídios, acima disso, não há correlação significativa.

Conclusão

De forma geral parte dos dados apontam para uma realidade conhecida. Eles confirmam a criminalização dos setores sociais desprovidos de renda e escolaridade⁶. A correlação existente entre escolaridade e renda com homicídios (principalmente renda) fortalece o argumento da banalização do crime entre os setores sociais mais desfavorecidos.

Por outro lado, a idéia de que os homicídios estão relacionados de alguma forma com o tráfico de drogas não se sustenta estatisticamente na cidade de São Paulo. Esse dado parece ser realmente interessante, na medida que vai de encontro ao senso comum. Contudo, é necessária uma importante ressalva, este trabalho não se preocupou com as motivações, apenas correlacionou conglomerados⁷.

Constatou-se inexistir uma robusta estrutura organizadora do tráfico na cidade de São Paulo. Três fatores aparentemente explicam esta situação: 1) o número elevado de pequenas quantidades de droga apreendidas; 2) o alto grau de fragmentação da comercialização da droga e 3) ausência de correlação entre renda e escolaridade com o tráfico de drogas. Entretanto, a ausência de estrutura organizacional bem definida pode ser uma forma de adaptação à legislação penal brasileira. O porte de pequenas quantidades e a elevada difusão dos pontos de apreensão dificulta e torna bastante oneroso o trabalho de repressão. Contudo, como já afirmamos anteriormente, é pouco provável que isto ocorra de forma arquitetada. Seria mais plausível a existência de uma espécie de “mão invisível”, ou seja, como uma atividade econômica, a venda de drogas foi se adaptando as oportunidades e aos custos, enfim ao seu dinâmico *habitat*.

Outra conclusão importante é que, de uma forma geral, os dados revelam que o combate ao tráfico de drogas na cidade de São Paulo é, em termos quantitativos, baseado nas pequenas apreensões. Ou seja, as autoridades policiais gastam grande parte de seus

⁶ Vide Relatório “Eles Entram Atirando”, Anistia Internacional divulgado pela Folha de São Paulo em 02/12/2005.

⁷ Para um bom exemplo do uso desta ferramenta metodológica *vide* Beato *et al* (2001 e 2004).

esforços e recursos na repressão do uso e do pequeno tráfico. Como afirmamos no início deste estudo, a nossa proposta é que o Ministério Público pode ser um instrumento de ajuda á inteligência policial. Uma instituição que, constitucionalmente, é responsável pela fiscalização do trabalho policial não pode se limitar ao seu trabalho tradicional. É possível pensarmos em um grupo de elite responsável tanto pela construção e análise de dados como pelo desenho de estratégias de atuação em parceria com as polícias. O objetivo seria a desarticulação das diversas teias do crime organizado no Brasil.

Em outras palavras, sugerimos um Ministério Público mais atuante. Um país que possui taxas elevadas de homicídios não solucionados, em comparação com a de outros países; que possui importantes cidades sitiadas pelo tráfico de drogas, não pode abrir mão de uso mais efetivo e eficaz de uma instituição tão poderosa como o Ministério Público.

Este estudo é um exemplo de como uma pequena contribuição pode ser útil à população, abrindo caminhos e estimulando o debate entre as instituições e delas com a sociedade. Boa parte desta pesquisa só foi possível graças ao apoio dado por alguns promotores, principalmente, a permissão dada para o levantamento dos dados. Esta estratégia pode ser repetida de modo a permitir uma importante parceria entre Ministério Público e Universidade.

Bibliografia

ANISTIA INTERNACIONAL (2005). Eles Entram Atirando. Anistia Internacional Brasil.

ARANTES, Rogério Bastos. (1997). Judiciário e Política no Brasil. Editora Sumaré / Fapesp. São Paulo.

_____ (2002). O Ministério Público e a Política no Brasil. Fapesp / EDUC. São Paulo.

BEATO, Cláudio; ASSUNÇÃO, Renato; SILVA, Bráulio Figueiredo; CASTRO, Mônica Monteiro (2004). Regionalização como Estratégia para a Definição de Políticas Públicas de Controle de Homicídios. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro.

BEATO, Cláudio; ASSUNÇÃO, Renato; SILVA, Bráulio; MARINHO, Frederico; REIS, Ilka; ALMEIDA, Maria Cristina (2001). Conglomerado de Homicídios e o Tráfico de Drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro

KERCHE, Fábio. (2003). Ministério Público no Brasil: Autonomia, Organização e Atribuições. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da FFLCH / USP. São Paulo.

SANCHES, Alvin Oliveira. (2004). O Ministério Público e o Combate a Corrupção Política. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da FFLCH / USP. São Paulo.

NEVES, Marcelo (sem data). Pesquisa Interdisciplinar no Brasil: O Paradoxo da Interdisciplinaridade. EDESP. Fundação Getulio Vargas, São Paulo.

PROCÓPIO, Argemiro. 1999. O Brasil no mundo das drogas. Vozes, Petrópolis.

SILVA, José Fernando da. (2000). Narcotráfico e homicídios no meio rural: um estudo apenas introdutório. In: ANA; JORGE (Orgs.). Narcotráfico e violência no campo. DP&A, Rio de Janeiro.

ZALUAR, Alba. (2004). Integração perversa – Pobreza e tráfico de drogas. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

sm_7	Pearson Correlation Sig. (2- tailed) N	-.033 ,752 96	,254(*) ,013 96	,475(**) ,000 96	,782(**) ,000 91	,843(**) ,000 96	,924(**) ,000 96	,961(**) ,000 96	,957(**) ,000 96	,993(**) ,000 96	1 ,996(**)	,978(**) ,000 96	,752(**) ,000 96	,060 ,561 96	-.239(*) ,019 96	-.355(**) ,000 96	-420(**) ,000 96	,951(**) ,000 96
sm_8	Pearson Correlation Sig. (2- tailed) N	-.008 ,936 96	,254(*) ,013 96	,486(**) ,000 96	,765(**) ,000 91	,820(**) ,000 96	,906(**) ,000 96	,948(**) ,000 96	,948(**) ,000 96	,985(**) ,000 96	,996(**) ,000 96	,983(**) ,000 96	,764(**) ,000 96	,083 ,422 96	-.217(*) ,034 96	-.336(**) ,001 96	-.407(**) ,000 96	,958(**) ,000 96
sm_9	Pearson Correlation Sig. (2- tailed) N	,046 ,655 96	,213(*) ,037 96	,459(**) ,000 96	,723(**) ,000 91	,776(**) ,000 96	,866(**) ,000 96	,958(**) ,000 96	,957(**) ,000 96	,962(**) ,000 96	,978(**) ,000 96	,983(**) ,000 96	,860(**) ,000 96	,209(*) ,041 96	-.122 ,236 96	-.270(**) ,008 96	-.383(**) ,000 96	,928(**) ,000 96
sm_10	Pearson Correlation Sig. (2- tailed) N	,194 ,058 96	,068 ,509 96	,317(**) ,002 96	,481(**) ,000 91	,512(**) ,000 96	,595(**) ,000 96	,805(**) ,000 96	,810(**) ,000 96	,728(**) ,000 96	,752(**) ,000 96	,764(**) ,000 96	1 ,646(**)	,685(**) ,000 96	,311(**) ,002 96	,112 ,278 96	-.109 ,292 96	,685(**) ,000 96
sm_11	Pearson Correlation Sig. (2- tailed) N	,264(**) ,009 96	-.143 ,163 96	,007 ,945 96	-.090 ,398 91	-.117 ,256 96	-.073 ,478 96	,138 ,179 96	,161 ,117 96	,032 ,754 96	,060 ,561 96	,083 ,422 96	,646(**) ,000 96	,050 ,628 96	,910(**) ,000 96	,779(**) ,000 96	,531(**) ,000 96	,050 ,628 96
sm_12	Pearson Correlation Sig. (2- tailed) N	,176 ,086 96	-.155 ,133 96	-.069 ,502 96	-.284(**) ,006 91	-.337(**) ,001 96	-.316(**) ,002 96	-.193 ,060 96	-.166 ,106 96	-.262(*) ,010 96	-.239(*) ,019 96	-.217(*) ,034 96	-.122 ,236 96	-.194 ,059 96	1 ,965(**)	,803(**) ,000 96	,803(**) ,000 96	-.194 ,059 96
sm_13	Pearson Correlation Sig. (2- tailed) N	,119 ,248 96	-.122 ,237 96	-.063 ,543 96	-.340(**) ,001 91	-.398(**) ,000 96	-.387(**) ,000 96	-.338(**) ,001 96	-.311(**) ,002 96	-.372(**) ,000 96	-.355(**) ,000 96	-.336(**) ,001 96	-.270(**) ,008 96	-.276(**) ,007 96	,965(**) ,000 96	1 ,913(**)	,913(**) ,000 96	-.276(**) ,007 96
sm_14	Pearson Correlation Sig. (2- tailed) N	,044 ,668 96	-.047 ,652 96	,013 ,902 96	-.343(**) ,001 91	-.397(**) ,000 96	-.398(**) ,000 96	-.440(**) ,000 96	-.422(**) ,000 96	-.428(**) ,000 96	-.420(**) ,000 96	-.407(**) ,000 96	-.109 ,292 96	-.306(**) ,002 96	,803(**) ,000 96	,913(**) ,000 96	1 ,306(**)	-.306(**) ,002 96
sm_15	Pearson Correlation Sig. (2- tailed) N	-.018 ,862 96	,327(**) ,001 96	,561(**) ,000 96	,665(**) ,000 91	,739(**) ,000 96	,837(**) ,000 96	,865(**) ,000 96	,858(**) ,000 96	,929(**) ,000 96	,951(**) ,000 96	,958(**) ,000 96	,685(**) ,000 96	,050 ,628 96	-.194 ,059 96	-.276(**) ,007 96	-.306(**) ,002 96	1 ,002 96

** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

* Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Anexo II
Correlação entre Prisões Efetuadas, Homicídios, Taxa de Homicídios e Escolaridade em Anos por Distrito

	codigo_1	tax_hom_total	hom_tota	esc_sim1	esc_1a3	esc_4a7	esc_8a10	esc_11a1	esc_15m
codigo_1	1	-.025	,046	-,045	-,030	-,011	,054	,249(*)	,149
		,810	,655	,661	,770	,915	,599	,015	,147
	97	96	96	96	96	96	96	96	96
tax_hom_total	-.025	1	,690(**)	,270(**)	,255(*)	,234(*)	,207(*)	-,012	-,088
	,810		,000	,008	,012	,022	,043	,909	,394
	96	96	96	96	96	96	96	96	96
hom_tota	,046	,690(**)	1	,477(**)	,478(**)	,464(**)	,464(**)	,237(*)	-,015
	,655	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,020	,885
	96	96	96	96	96	96	96	96	96
esc_sim1	-,045	,270(**)	,477(**)	1	,992(**)	,969(**)	,925(**)	,443(**)	-,367(**)
	,661	,008	,000		,000	,000	,000	,000	,000
	96	96	96	96	96	96	96	96	96
esc_1a3	-,030	,255(*)	,478(**)	,992(**)	1	,985(**)	,949(**)	,494(**)	-,346(**)
	,770	,012	,000	,000		,000	,000	,000	,001
	96	96	96	96	96	96	96	96	96
esc_4a7	-,011	,234(*)	,464(**)	,969(**)	,985(**)	1	,982(**)	,577(**)	-,326(**)
	,915	,022	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,001
	96	96	96	96	96	96	96	96	96
esc_8a10	,054	,207(*)	,464(**)	,925(**)	,949(**)	,982(**)	1	,691(**)	-,223(*)
	,599	,043	,000	,000	,000	,000		,000	,029
	96	96	96	96	96	96	96	96	96
esc_11a1	,249(*)	-,012	,237(*)	,443(**)	,494(**)	,577(**)	,691(**)	1	,418(**)
	,015	,909	,020	,000	,000	,000	,000		,000
	96	96	96	96	96	96	96	96	96
esc_15m	,149	-,088	-,015	-,367(**)	-,346(**)	-,326(**)	-,223(*)	,418(**)	1
	,147	,394	,885	,000	,001	,001	,029	,000	,000
	96	96	96	96	96	96	96	96	96

* Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).